



IPGA

Plano
Geral de
Atuação

Administrativo 2017-2018

© 2016. Ministério Público do Estado de Minas Gerais

Coordenadoria de Planejamento Institucional do Ministério Público (COPLI)

Rua Dias Adorno, 367 - 7.º andar - Santo Agostinho

Belo Horizonte/MG - CEP 30170-916

Fone: (31) 3330-9928

Fax: (31) 3330-9931

Portal: <http://www.mpmg.mp.br/conheca-o-mpmg/planejamento-institucional/>

e-mail: planejamento@mpmg.mp.br

Patrocinador do Plano Geral de Atuação - Área Administrativa (PGA-Administrativo):

Procurador-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais

Procurador de Justiça Antônio Sérgio Tonet

Coordenador do Plano Geral de Atuação - Área Administrativa (PGA-Administrativo):

Procurador-Geral de Justiça Adjunto Administrativo

Procurador de Justiça Heleno Rosa Portes

Gerente do Plano Geral de Atuação - Área Administrativa (PGA-Administrativo):

Coordenador de Planejamento Institucional

Procurador de Justiça Marcos Tofani Baer Bahia

Elaboração:

Coordenadoria de Planejamento Institucional – COPLI

Diretoria de Planos, Projetos e Programas Institucionais - DPIN

Ficha Técnica

Capa e projeto gráfico: Superintendência de Comunicação Integrada

Diretoria de Publicidade Institucional

Revisão: Diretoria de Planos, Projetos e Programas Institucionais (DPIN)

Editoração e diagramação: Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF)

Diretoria de Produção Editorial

Minas Gerais. Ministério Público. Coordenadoria de Planejamento Institucional (COPLI)

PGA: Plano Geral de Atuação – Área Administrativa: 2017/2018 / Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Coordenadoria de Planejamento Institucional. Belo Horizonte: 2017. Última revisão: novembro 2018.

77p.

1. Ministério Público – Minas Gerais – planejamento. 2. Planejamento Institucional. 3. Planejamento estratégico. 1 Título

Apresentação

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais adota, entre seus instrumentos de planejamento, o Plano Geral de Atuação Administrativo (PGA Administrativo).

O PGA Administrativo é composto pelos Projetos de Eficácia – resultados para a sociedade – e pelos Projetos Estruturantes Administrativos, priorizados anualmente, de modo alinhado, com o processo de planejamento orçamentário e com as necessidades decorrentes do planejamento da atividade-fim e dos macro-objetivos do Mapa Estratégico.

Dentro da composição do PGA Administrativo, os Projetos de Eficácia – resultados para a sociedade são aqueles cuja finalidade principal consiste em prover meios e melhorias aos órgãos de administração e aos órgãos auxiliares do MPMG, com foco no incremento da eficácia de atuação institucional nos resultados para a sociedade definidos no Mapa Estratégico.

Por sua vez, os Projetos Estruturantes Administrativos visam à estruturação da área-meio da instituição, com foco no incremento e na melhoria tanto do relacionamento interinstitucional quanto do relacionamento com a sociedade, dos processos internos, dos recursos, do aprendizado e do crescimento, observados os macro-objetivos definidos no Mapa Estratégico.

Na estrutura da Procuradoria-Geral de Justiça, encontra-se ainda o Conselho de Gestão Estratégica (CGE). Instituído pela Resolução n.º 71/2012, cuja finalidade é planejar, coordenar, promover, orientar e avaliar as estratégias e as linhas de ação institucionais. Entre suas atribuições, compete-lhe, entre outras, realizar proposições e deliberações sobre as diretrizes estratégicas do MPMG fundamentadas nas orientações apresentadas pelos Fóruns Permanentes de Gestão e de Resultados para a Sociedade; acompanhar e avaliar a execução, além de homologar os resultados dos planos, programas e projetos estratégicos da área finalística e da área administrativa, recomendando correções de rumos, quando necessárias; aprovar critérios para avaliar e priorizar planos, programas e projetos estratégicos propostos pelos Fóruns Permanentes de Gestão e de Resultados para a Sociedade; analisar e aprovar a proposta de Plano Geral de Atuação – Área Administrativa; velar pela consonância e promover o alinhamento entre a proposta orçamentária, o Plano Geral de Atuação – Área-fim, o Plano Geral de Atuação – Área Administrativa e o Plano Estratégico do MPMG, bem como entre os planos, programas e projetos estratégicos e os macro-objetivos do MPMG; propor a alocação de recursos físicos, financeiros e de pessoas em projetos estratégicos da instituição; e priorizar planos, programas e projetos estratégicos a serem executados pela instituição, com base nas informações fornecidas por unidades competentes.

O Fórum Permanente de Gestão (FPGE), unidade organizacional colegiada e vinculada ao Conselho de Gestão Estratégica (CGE), tem como finalidade priorizar a análise e o acompanhamento dos planos, programas e projetos relacionados aos macro-objetivos do Mapa Estratégico do MPMG, a fim de subsidiar a tomada de decisão do CGE.

Atualmente, o PGA Administrativo possui 51 projetos distribuídos nos programas Gestão do Conhecimento, Eficiência Administrativa, Qualidade de Vida, Segurança e Inteligência Institucionais, SRU Eficiente, Comunicação e Relacionamento e Sedes.

Órgãos participantes

Procuradoria-Geral de Justiça Adjunta Administrativa

Procuradoria-Geral de Justiça Adjunta Institucional

Procuradoria-Geral de Justiça Adjunta Jurídica

Corregedoria-Geral do Ministério Público

Chefia de Gabinete

Diretoria-Geral

Assessoria Especial do Procurador-Geral de Justiça

Assessoria Especial do Procurador-Geral de Justiça Adjunto Jurídico

Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF

Coordenadoria de Planejamento Institucional – COPLI

Gabinete de Segurança e Inteligência – GSI

Secretaria-Geral

Superintendência Administrativa – SAD

Superintendência de Comunicação Integrada – SCI

Superintendência de Engenharia e Arquitetura – SEA

Superintendência de Finanças – SUF

Superintendência de Formação e Aperfeiçoamento – SFA

Superintendência dos Órgãos Colegiados – SOC

Superintendência de Planejamento e Coordenação – SPC

Superintendência de Recursos Humanos – SRH

Departamento de Perícia Médica e Saúde Ocupacional – DPMSO

Superintendência de Tecnologia da Informação – STI

Sumário

<u>MAPA ESTRATÉGICO</u>	9
<u>MISSÃO, VISÃO E VALORES</u>	10
<u>METODOLOGIA</u>	11
Elaboração	11
Acompanhamento	14
<u>PROGRAMAS E PROJETOS</u>	15
<u>PROGRAMA COMUNICAÇÃO E RELACIONAMENTO</u>	16
Projeto Ministério Público para Jornalistas	16
Projeto SCI a seu dispor	17
Projeto Portais do MPMG	18
Projeto Videoconferência/Comunicação Instantânea	19
<u>PROGRAMA EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA</u>	21
Projeto Automação da Corregedoria	22
Projeto Digitalização da Massa Documental	22
Projeto Folha de Pagamento do MPMG	24
Projeto Gestão de Transportes	24
Projeto Gestão Automatizada do Planejamento Estratégico	26
PEAD MPMG – Projeto Padronização e Organização Administrativa das Procuradorias e Promotorias de Justiça – PROPAD MPMG	27
PEAD MPMG – Projeto Modernização Administrativa – PROMAD MPMG	29
Projeto Revisão do Planejamento Estratégico	30
Projeto Sistema de Controle de Diárias e Passagens - SCDP	31
Projeto Sistema de Gestão de Adiantamentos Diversos – SIGAD	33
Projeto Gestão de Cedidos	34
Projeto Sistema de Gestão de Centros de Custos	35
Projeto Sistema de Gestão de Compras, Contratos, Convênios e Instrumentos Congêneres	36
Projeto Sistema de Gestão de Terceirizados	38
Projeto Sistema Eletrônico de Informações – SEI	39
Projeto Tramitação Direta de Inquéritos Policiais	40

Projeto Designações dos Servidores, Estagiários, Terceirizados e Cedidos	42
Implantação do eSocial no MPMG	42
<u>PROGRAMA GESTÃO DO CONHECIMENTO</u>	44
Projeto Aperfeiçoamento da Revista De Jure	44
Projeto Comunidades de Práticas Institucionais	45
Projeto Gestão por Competências MPMG	46
Projeto História Oral do MPMG	47
Projeto Indicadores Sociais com <i>Business Intelligence</i>	49
Projeto Inteligência Gerencial – Chefia de Gabinete	49
Projeto Inteligência Gerencial – Corregedoria-Geral do Ministério Público	50
Projeto Inteligência Gerencial da PGJAA	51
Projeto Inteligência Gerencial – Criminal	52
Projeto Inteligência Gerencial – Patrimônio Público	53
Projeto Wiki Institucional	53
<u>PROGRAMA QUALIDADE DE VIDA</u>	56
Projeto Gestão de Saúde Ocupacional	56
Projeto Consciência Alimentar – Nutrição na Promoção da Saúde e Qualidade de Vida	56
<u>PROGRAMA SEDES</u>	58
Projeto Sede Própria de Alfenas	58
Projeto Sede Própria de Brasília de Minas	59
Projeto Sede Própria de Caeté	60
Projeto Sede Própria de Governador Valadares	61
Projeto Sede Própria de Ipatinga	62
Projeto Sede Própria de Patos de Minas	62
Projeto Sede Própria de São Lourenço	63
Projeto Sede Própria de São Sebastião do Paraíso	64
Projeto Sede Própria de Três Pontas	65
Projeto Sede Própria de Viçosa	66
Projeto Sede Própria de Visconde do Rio Branco	67
<u>PROGRAMA SEGURANÇA E INTELIGÊNCIA INSTITUCIONAIS</u>	68
Projeto Inteligência Institucional	68

Projeto Segurança Institucional	69
<u>PROGRAMA SRU EFICIENTE</u>	71
Projeto Procedimento Extrajudicial Eletrônico	71
Projeto SRU-e	72
Projeto SRU Extrajudicial	73
Projeto SRU Judicial	74
Projeto SRU Produtor de Peças	75

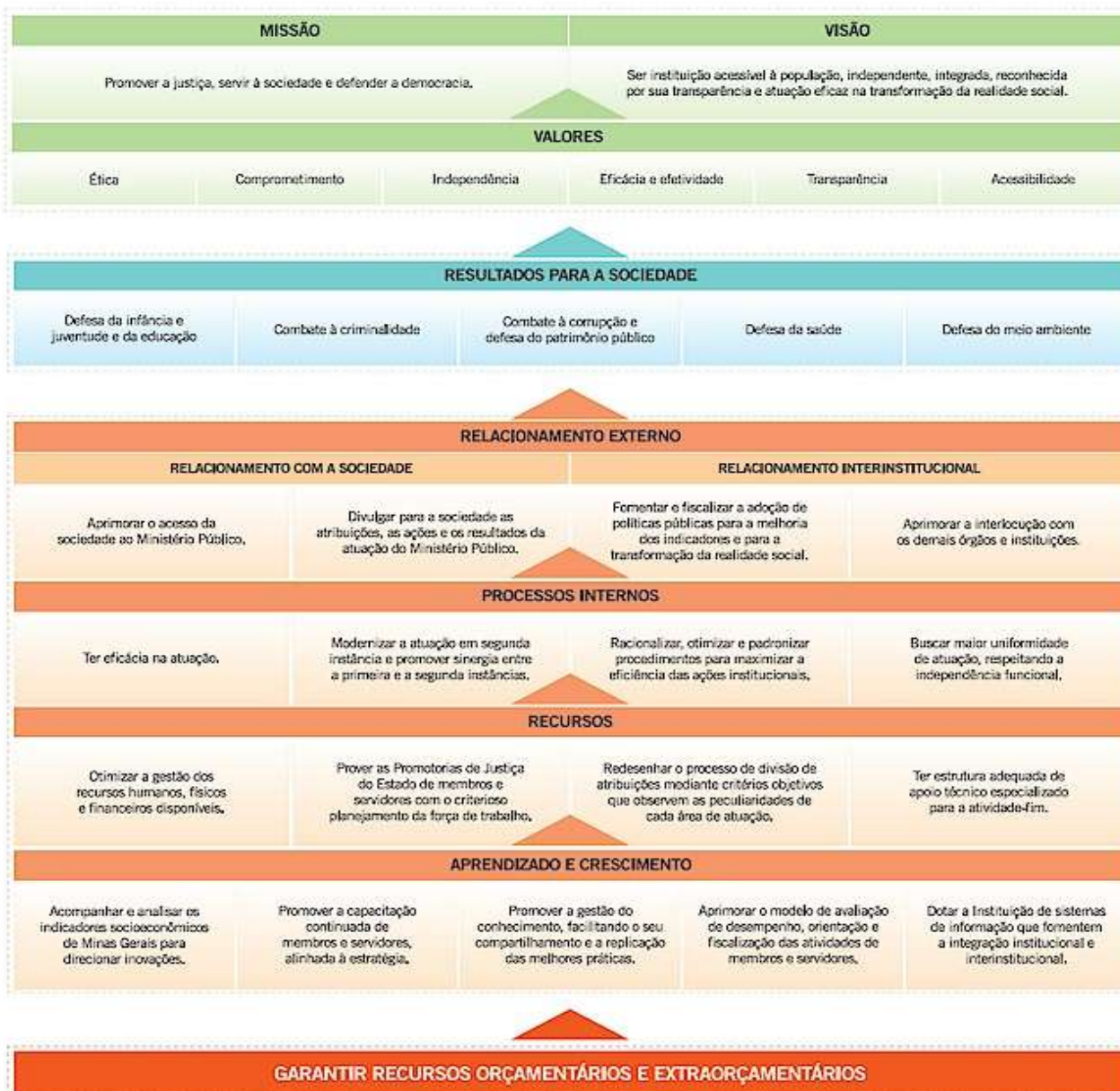
Mapa Estratégico



PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA
2010 - 2023

MAPA ESTRATÉGICO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
2010 - 2023

O MINISTÉRIO PÚBLICO É INSTITUIÇÃO PERMANENTE, ESSENCIAL À FUNÇÃO JURISDICIONAL DO ESTADO, INCUMBINDO-LHE A DEFESA DA ORDEM JURÍDICA, DO REGIME DEMOCRÁTICO E DOS INTERESSES SOCIAIS E INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS. Art. 127 da Constituição Federal



Missão, visão, valores



Metodologia

1 – ELABORAÇÃO

Em junho de 2016, a Coordenadoria de Planejamento Institucional (COPLI) deu início ao processo de construção do Plano Geral de Atuação – Área Administrativa 2017, de acordo com o plano de trabalho aprovado pelo Fórum Permanente de Gestão (FPGE), em sua 20.ª reunião ordinária.

Entre os meses de junho e agosto de 2016, ações de comunicação (Tabela 1) foram realizadas no intuito de divulgar o início do processo de elaboração do PGA Administrativo, bem como de convidar membros e servidores da Casa e especificamente os integrantes dos Fóruns Permanentes de Gestão (FPGE) e de Resultados para a Sociedade (FPRS) a participarem da construção do plano; e isso foi feito por meio da proposição de projetos alinhados à estratégia definida no Planejamento Estratégico 2010-2023.

Quadro Resumo		
Comunicações - Elaboração do PGA Administrativo 2017		
Data	Instrumento	Público Alvo
08/06/16	Divulgação por <i>e-mail</i>	Membros e Servidores do MPMG
08/06/16	Ofício-Circular SPC n.º 001/2016	Integrantes do FPGE
21/06/16	Reunião do FPGE	Integrantes do FPGE
28/06/16	Divulgação por <i>e-mail</i>	Membros e Servidores do MPMG
12/07/16	Reunião do FPRS	Integrantes do FPRS
14/07/16	Divulgação por <i>e-mail</i>	Integrantes do FPRS
09/08/16	Divulgação por <i>e-mail</i>	Integrantes do FPGE

Tabela 1 – Quadro Resumo Ações de Comunicação

A Diretoria de Planos, Projetos e Programas Institucionais (DPIN), unidade da estrutura da COPLI, procedeu à análise técnica das propostas de projetos apresentadas, encaminhando-as posteriormente ao FPGE para verificar a viabilidade e a prioridade de execução pelas unidades da Procuradoria-Geral de Justiça.

Em 9 de agosto de 2016, durante a 21.ª Reunião Ordinária do FPGE, foram apresentadas nove propostas ao PGA Administrativo 2017 (Tabela 2).

PGA Administrativo 2017 – Propostas recebidas Quadro Resumo	
Unidade Proponente	Proposta
Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF)	Aprimoramento das bases de dados: Atas dos Órgãos Colegiados e Enunciados de Súmulas CSMP/CAPJ do Ministério Público Estadual
	Produção de DVDs - História Oral – Procuradores-Gerais de Justiça do MPMG
	Aumento da jornada dos estagiários bolsistas
	DFAPerformance - Nova estruturação da Diretoria de Formação, Aperfeiçoamento e Pós-graduação
Superintendência de Comunicação Institucional (SCI)	Ministério Público para jornalistas
Coordenadoria de Planejamento Institucional (COPLI)	PROPAD MPMG - (Primeira fase: Etapa C e D-parcial)
Propostas Individuais (Membro ou servidor do MPMG)	Aplicando Economicidade
	Locação de imóvel
	KINGSOFT OFFICE como alternativa ao LIBREOFFICE

Tabela 2 – Propostas Recebidas para PGA Adm. 2017

Das nove propostas, três restaram aprovadas para inclusão no PGA Administrativo 2017 (Tabela 3), sendo uma iniciativa do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), uma da Superintendência de Comunicação Institucional (SCI) e uma da Coordenadoria de Planejamento Institucional (COPLI).

PGA Administrativo 2017 – Propostas aprovadas Quadro Resumo – Agosto 2016	
Unidade Proponente	Proposta
Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF)	Produção de DVDs - História Oral – Procuradores-Gerais de Justiça do MPMG
Superintendência de Comunicação Institucional (SCI)	Ministério Público para jornalistas
Coordenadoria de Planejamento Institucional (COPLI)	PROPAD MPMG - (Primeira fase: Etapa C e D-parcial)

Tabela 3 – Projetos Aprovados para PGA Adm. 2017

Simultaneamente, foram incluídos no PGA Administrativo 2017 os projetos relacionados ao programa “Sedes Próprias” (Tabela 4), apresentados pela Superintendência de Engenharia e Arquitetura (SEA), que possuem rubrica própria no planejamento orçamentário da instituição, o que garante sua execução.

PGA Administrativo 2017 – Projetos Superintendência de Engenharia e Arquitetura Quadro Resumo	
Etapas de projetos em execução (projetos já iniciados em planos anteriores, com prazos de execução que permeiam mais de um período de acompanhamento e ultrapassam a vigência do próprio PGA Administrativo no qual foram inicialmente apresentados)	Sede Própria de Caeté – Fase 4
	Sede Própria de Governador Valadares – Fase 4
	Sede Própria de Ipatinga – Fase 4
	Sede Própria de Patos de Minas – Fase 4
	Sede Própria de São Lourenço – Fase 4
	Sede Própria de Viçosa – Fase 4
Novos Projetos	Sede Própria de Alfenas
	Sede Própria de Brasília de Minas
	Sede Própria de Três Pontas
	Sede Própria de Visconde do Rio Branco

Tabela 4 – Projetos SEA para PGA Adm. 2017

Além dos projetos antes relacionados, outros seis, remanescentes de Planos Gerais de Atuação pretéritos (Tabela 5) que não haviam sido finalizados, tiveram a continuidade do acompanhamento de sua execução atrelada ao novo PGA Administrativo.

PGA Administrativo 2017 – Projetos Remanescentes de Planos Anteriores Quadro Resumo	
Unidade	Projeto
Departamento de Perícia Médica e Saúde Ocupacional (DPMSO)	Gestão de Saúde Ocupacional
	Consciência Alimentar – Nutrição na Promoção da Saúde e Qualidade de Vida (reeducação alimentar: educação como estratégia de prevenção e promoção à saúde)
Superintendência Administrativa (SAD)	Solicitação de diárias de empregados terceirizados
Superintendência de Comunicação Institucional (SCI)	Fortalecimento da comunicação institucional
Superintendência de Recursos Humanos (SRH)	Organização e digitalização de documentos na SRH
	Sistema de Gestão por Competências

Tabela 5 – Projetos Remanescentes para PGA Adm. 2017

Ao final da etapa de definição, chegou-se ao total de 19 projetos para o novo PGA Administrativo.

Já no início de fevereiro de 2017, a partir de diagnóstico preliminar realizado pela nova Administração Superior do Ministério Público – Gestão 2017/2018, foram apresentadas à COPLI e à Superintendência de Tecnologia da Informação (STI), por assessores especiais do PGJ, as prioridades institucionais para a área administrativa até

2018, a serem implementadas por meio de projetos. Assim, novos projetos foram incorporados ao PGA Administrativo, cuja vigência foi alongada para o ano de 2018.

Com base na lista de prioridades da Administração Superior, foi construído pela COPLI documento de visão geral dos projetos apresentando, para cada um, sugestão de objetivo, gerente de projeto e principais envolvidos na sua execução, para validação do FPGE.

Em reunião ordinária do FPGE realizada em 14.2.2017, o documento foi apreciado e algumas alterações e complementações foram sugeridas e aprovadas pelos integrantes do supracitado Fórum.

Na sequência, a COPLI realizou reuniões com gerentes e principais envolvidos nos projetos, a fim de estruturar e formatar os respectivos planos de projeto.

Durante as reuniões, as unidades administrativas apresentaram outras necessidades que deram origem a novos projetos ou levaram à remodelagem de alguns já existentes e à exclusão de outros previstos para integrar o PGA.

Ao final, esta edição do PGA Administrativo retomou o ciclo de duração bienal introduzido pelo PGA Administrativo 2013-2014 e foi integralizada com 51 projetos, aglutinados em sete programas, que serão apresentados no próximo capítulo deste plano¹.

2 – ACOMPANHAMENTO

A Coordenadoria de Planejamento Institucional (COPLI), conforme previsto na Resolução PGJ n.º 48/2014, acompanhará a execução do PGA Administrativo. Ficará a cargo da Diretoria de Planos, Projetos e Programas Institucionais (DPIN) manter atualizados os dados².

Cabe aos gerentes de projeto prestar informações de forma a reproduzir, com fidelidade, a fase de execução em que se encontram os projetos.

Assim como nos PGAs Administrativos anteriores, o acompanhamento dos projetos constantes deste PGA Administrativo será realizado por meio de instrumentos de acompanhamento e de apuração de resultados, conforme prazos, modelos e orientações a serem repassados pela COPLI, a fim de garantir celeridade e transparência.

¹ Ao longo da execução do PGA novos projetos foram sendo inseridos, de forma que, na data da presente revisão, o portfólio conta com 53 projetos.

² Através de sistema de gerenciamento de projetos, planilhas e demais instrumentos que se fizerem necessários ao bom acompanhamento dos projetos.

PROGRAMAS E PROJETOS

O presente Plano Geral de Atuação Administrativo 2017-2018 contempla 51 projetos, distribuídos com a seguinte estrutura:

PROGRAMAS

- Nome do programa: sintetiza a ideia central do programa.
- Alinhamento estratégico: alinhamento do programa ao Mapa Estratégico do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.
- Objetivo: o que se pretende alcançar com a execução do programa.
- Patrocinador: máxima autoridade sobre o programa. É o responsável por priorizar o programa na agenda institucional, garantir os recursos necessários aos projetos, aprovar as entregas e unir o gestor do programa e os gerentes dos projetos com a administração superior.
- Gestor: responsável por gerenciar a equipe do programa e coordenar os gerentes dos projetos que integram o programa, provendo visão e liderança global com foco, precipuamente, em gestão de relacionamentos, conflitos e aspectos políticos.

PROJETOS

- Nome do projeto: sintetiza sua ideia central.
- Gerente: responsável pelo integral planejamento, condução da equipe e pelas atividades com foco no alcance dos objetivos do projeto.
- Justificativa: descrição sucinta do(s) problema(s) e/ou oportunidade(s) que justifica(m) o desenvolvimento do projeto e sua contribuição esperada para o alcance das diretrizes institucionais.
- Objetivo: o que se pretende realizar para resolver o problema central ou explorar a oportunidade identificada.
- Entrega/Quantidade: produto, bem ou serviço resultante das atividades do projeto com a respectiva correspondência da quantidade produzida ou executada no período de vigência do PGA.

Programa Comunicação e Relacionamento

Alinhamento Estratégico	Aprimorar o acesso da sociedade ao Ministério Público. Divulgar para a sociedade as atribuições, as ações e os resultados da atuação do Ministério Público.
Objetivo	Reforçar a comunicação como forma de dar transparência à gestão institucional
Patrocinador	Secretário-Geral - João Medeiros Silva Neto
Gestor	Coordenador de Planejamento Institucional - Marcos Tofani Baer Bahia

Projetos componentes

1. Projeto Ministério Público para Jornalistas
2. Projeto SCI a seu dispor
3. Projeto Portais do MPMG
4. Projeto Videoconferência/Comunicação Instantânea

1. Projeto Ministério Público para Jornalistas

Gerente: superintendente de Comunicação Integrada

Objetivo

Prover jornalistas de informações sobre o papel e a atuação do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, esclarecendo as possíveis dúvidas desses profissionais, de modo a contribuir para o aprimoramento da qualidade da cobertura jornalística feita pela imprensa sobre a atuação do Ministério Público.

Justificativa

A Diretoria de Imprensa do Ministério Público do Estado de Minas Gerais recebe, em média, 150 jornalistas por mês. No entanto, o que se percebe é que ainda há um grande desconhecimento sobre a estrutura e as formas de atuação da instituição, bem como sobre termos e trâmites jurídicos.

A indisponibilidade de horário e a alta rotatividade dos profissionais nas redações permitem concluir que, em vez de cursos ou palestras, o melhor modelo a se adotar é o de uma publicação digital a ser disponibilizada no *site* do Ministério Público de Minas Gerais e enviada por *e-mail* a todos os jornalistas cadastrados no *mailing* da Diretoria de Imprensa. A publicação trará informações fundamentais para profissionais que cobrem o Ministério Público, destacando dúvidas e erros percebidos de forma recorrente pelos assessores de imprensa do MPMG.

Entrega/Quantidade

Entrega	Quantidade 2017	Quantidade 2018
Manual MPMG para jornalistas	1	-
Manual MPMG disponibilizado a Jornalistas	500	-
Pesquisa de satisfação	1	-

Metas do projeto:

META DE ESFORÇO	INDICADOR
Disponibilizar para pelo menos 500 profissionais registrados no mailing list da DIMP, manual para jornalistas que cobrem o MP	Quantidade de e-mails enviados com o material.

META DE RESULTADO	INDICADOR
Obter 50% de satisfação sobre o conteúdo do manual.	Pesquisa de opinião entre os jornalistas que receberam o manual.

2. Projeto SCI a seu dispor

Gerente: superintendente de Comunicação Integrada

Objetivo

Disseminar a relevância estratégica da boa comunicação institucional e o papel da Superintendência de Comunicação Integrada do Ministério Público do Estado de Minas Gerais em sua promoção.

Justificativa

O desenvolvimento de trabalhos de divulgação da atuação do Ministério Público de Minas Gerais, tanto para o público externo quanto para o público interno, tem encontrado barreiras dentro da própria instituição, seja pelo não reconhecimento da comunicação como atividade estratégica da organização, seja pelo desconhecimento sobre a atuação e os serviços oferecidos pela Superintendência de Comunicação Integrada do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (SCI).

Editado inicialmente com o nome de "Fortalecimento da comunicação institucional", o projeto foi alvo de readequações que o qualificaram a integrar o "Programa Comunicação e Relacionamento" de forma a contemplar ações de divulgação e esclarecimento de dúvidas sobre atribuições, produtos e serviços oferecidos pela SCI, bem

como para uma utilização mais assertiva do suporte técnico da assessoria de comunicação aos integrantes do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

Entrega/Quantidade

Entrega	Quantidade 2017	Quantidade 2018
Apresentação da SCI nos encontros regionais	Mínimo de 50% dos encontros previstos	Mínimo de 50% dos encontros previstos
Apresentação da SCI em cursos de formação de promotores de Justiça substitutos realizados	100% dos cursos	100% dos cursos
Media training para integrantes da administração superior	2 turmas	2 turmas
Campanha de divulgação dos serviços da SCI	1	-

Metas do projeto:

META DE ESFORÇO	INDICADOR
Divulgar, pelo menos 3 ações de cada unidade administrativa (superintendências) e finalística (centros de apoio) até dezembro de 2018.	Lista detalhada com cada uma das divulgações.

META DE RESULTADO	INDICADOR
Aumentar em pelo menos 10% a demanda para divulgação interna até dezembro de 2018.	Comparativo entre quantidade de demandas da SCI 2017 e quantidade de demanda de 2018

3. Projeto Portais do MPMG

Gerente: superintendente de Comunicação Integrada

Objetivo

Padronizar e organizar o acesso aos serviços e informações disponíveis nos portais de internet e de intranet do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

Justificativa

Em 2012, o portal do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG) passou por uma reestruturação na arquitetura de informação juntamente com a aquisição e implementação de ferramenta capaz de suportar todo o processo de organização, publicação e atualização de conteúdos através de modelos predefinidos de *leiaute*.

Passados cinco anos, é possível constatar que algumas funcionalidades no contexto público (internet) e restrito (intranet) ainda não contemplam formatos que supram a adequação e a padronização desejadas pelo MPMG. A

existência de múltiplos recursos de acesso torna o processo complexo, o que justifica a necessidade de modernização e reestruturação dos portais do MPMG.

Pretende-se que o acesso a informações, serviços e notícias disponíveis nos portais de internet e de intranet do MPMG seja uma interface uniforme e mais amigável aos diversos públicos, garantindo maior agilidade e favorecendo o compartilhamento entre diferentes setores da instituição e a sociedade.

Entrega/Quantidade

Entrega	Quantidade 2017	Quantidade 2018
Remodelamento do Portal da Intranet	-	1
Remodelamento do Portal de Internet	-	1
Capacitação de usuários do Portal de Intranet	-	4 turmas

Metas do projeto:

META DE ESFORÇO	INDICADOR
Implantar pelo menos 90% das funcionalidades e dos conteúdos referentes à reestruturação dos portais do MPMG até 28/09/2018.	percentual das funcionalidades e dos conteúdos implantados.

Meta de Resultado	INDICADOR
Obter pelo menos 80% de satisfação dos usuários dos portais.	Pesquisa de satisfação a ser realizada com os usuários após 3 meses de implantação dos portais.

4. Projeto Videoconferência / Comunicação Instantânea

Gerente: superintendente de Tecnologia da Informação

Objetivo

Implantar videoconferência e comunicação instantânea no Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

Justificativa

Facilitar a comunicação dos integrantes do Ministério Público do Estado de Minas Gerais em reuniões pertinentes ao trabalho, diminuindo gastos com diárias e viagens.

Entrega/Quantidade

Entrega	Quantidade 2017	Quantidade 2018
sistema de Videoconferência do MPMG implantado	-	1

Metas do projeto:

Meta de Esforço	Indicador
Promover o treinamento de pelo menos 1% dos integrantes do MPMG, capacitando-os para operar o sistema de videoconferência até dezembro de 2018.	Quantidade de Integrantes do MPMG (Membros / Servidores / Estagiários / Terceirizados)

Meta de Resultado	Indicador
Obter, pelo menos 80% de satisfação, dos usuários que utilizaram a ferramenta de videoconferência após 6 meses da implantação do sistema.	Pesquisa de satisfação

Programa Eficiência Administrativa

Alinhamento Estratégico	Otimizar a gestão dos recursos humanos, físicos e financeiros disponíveis. Racionalizar, otimizar e padronizar procedimentos para maximizar a eficiência das ações institucionais. Dotar a Instituição de sistemas de informação que fomentem a integração institucional e interinstitucional.
Objetivo	Otimizar a gestão dos recursos humanos, físicos e financeiros disponíveis da estrutura da Procuradoria-Geral de Justiça, por meio de revisão, racionalização e automatização de procedimentos operacionais e gerenciais e reestruturação de unidades administrativas.
Patrocinador	Procurador-Geral de Justiça Adjunto Administrativo - Heleno Rosa Portes
Gestor	Coordenador de Planejamento Institucional - Marcos Tofani Baer Bahia

Projetos componentes

1. Automação da Corregedoria
2. Digitalização da Massa Documental
3. Folha de Pagamento do MPMG
4. Gestão de Transportes
5. Gestão Automatizada do Planejamento Estratégico
6. PEAD MPMG – Projeto de Padronização e Organização Administrativa das Procuradorias e Promotorias de Justiça – PROPAD
7. PEAD MPMG – Projeto Modernização Administrativa – PROMAD
8. Revisão do Planejamento Estratégico
9. Sistema de Controle de Diárias e Passagens – SCDP
10. Sistema de Gestão de Adiantamento Diversos – SIGAD
11. Gestão de Cedidos
12. Sistema de Gestão de Centros de Custos
13. Sistema de Gestão de Compras, Contratos, Convênios e Instrumentos Congêneres
14. Sistema de Gestão de Terceirizados
15. Sistema Eletrônico de Informações – SEI
16. Tramitação Direta de Inquéritos Policiais
17. Designações dos Servidores, Estagiários, Terceirizados e Cedidos
18. Implantação do eSocial do MPMG

1. Projeto Automação da Corregedoria

Gerente: Corregedor-Geral do MPMG

Objetivo

Aperfeiçoar os sistemas de informação e automatizar processos de trabalho da Corregedoria-Geral do Ministério Público.

Justificativa

Aprimoramento dos sistemas já existentes com o objetivo de se realizar correção e/ou implemento de novas funcionalidades, bem como a modernização do código-fonte dos sistemas já em operação, a fim de promover melhoras de usabilidade e aumento de compatibilidade com os demais sistemas da instituição.

Necessidade de novos sistemas para automatização de processos de trabalho até então desempenhado de forma manual com recursos básicos de informática (editores de texto).

Entrega/Quantidade

Entrega	Quantidade 2017	Quantidade 2018
Melhorias em sistemas	8	14
Novos sistemas / Novos módulos	3	4

Metas do projeto:

Meta de Esforço	Indicador
Reduzir, para no máximo 2 dias, o tempo gasto para homologação dos Sistemas e para 1 dia o tempo gasto com os testes, em 2018.	Tempo utilizado para as homologações e testes dos Sistemas e Melhorias.

Meta de Resultado	Indicador
Diminuir, em pelo menos 70%, os custos com as correções ordinárias em 2018.	Relação entre os custos despendidos antes e depois da implementação do sistema de correções virtuais.

2. Projeto Digitalização da Massa Documental

Gerente: superintendente de Recursos Humanos

Objetivo

Organizar, digitalizar e indexar os documentos referentes a pasta funcional, folha de pagamento, pareceres, decisões e demais documentos da Superintendência de Recursos Humanos (Diretoria de Pessoal do Ministério Público (DPMP), Diretoria de Pessoal Administrativo (DPAD), Diretoria de Pagamento de Pessoal (DPAG), Diretoria de Desenvolvimento de Recursos Humanos (DDRH), Assessoria Psicossocial (ASPIS) e Central de Atendimento e Orientação de Pessoal (CAOP) e de parte da massa documental da Superintendência Administrativa (SAD).

Justificativa

A Superintendência de Recursos Humanos (SRH) é responsável por registrar e gerenciar todos os documentos relativos à vida funcional dos membros e dos servidores, bem como todas as determinações e históricos de pagamentos. Atualmente, só a folha de pagamento gerencia cerca de 5 mil pessoas, considerando-se 2.900 servidores e 1.011 membros na ativa, além de pensionistas e inativos.

As pastas funcionais guardam dados cadastrais, movimentação na carreira, afastamentos, vantagens, benefícios, aposentadoria, entre outros. Não existem critérios bem definidos de organização de busca e registro de histórico que garantam a segurança dos documentos, correndo-se o risco de perda de informação.

Assim, a conversão dos documentos relativos à vida funcional dos membros e servidores do MPMG para o formato digital se apresenta como ação de grande impacto para o incremento da eficácia nas atividades da SRH, na medida em que:

- favorece a redução do tempo de busca por determinados documentos e o acesso rápido às suas informações;
- preserva o arquivo original devido ao mínimo acesso ao documento físico;
- fomenta a redução na demanda de cópias desnecessárias;
- garante a correta prestação de contas aos órgãos de controle e registro seguro das informações.

O projeto estará restrito a organização e digitalização da massa documental, com otimização do espaço físico, organização dos processos físicos de busca e armazenamento e ampliação do escopo de forma a possibilitar a digitalização de parte da massa documental da Superintendência Administrativa (SAD).

Entrega/Quantidade

Entrega	Quantidade 2017	Quantidade 2018
Digitalização documental	2.500.000 páginas	5.400.000 páginas

Metas do projeto:

Meta de Esforço	Indicador
Concluir, até outubro de 2018, a digitalização de 5.900.000 páginas.	Páginas digitalizadas.

Meta de Resultado	Indicador
Obter pelo menos 80% de satisfação das unidades, após 1 ano de utilização do sistema.	Pesquisa de satisfação com as unidades envolvidas.

3. Projeto Folha de Pagamento do MPMG

Gerente: superintendente de Recursos Humanos

Objetivo: Dotar o MPMG de sistema único de gestão de folha de pagamento.

Justificativa: O Ministério Público do Estado de Minas Gerais detém autonomia administrativa e financeira, e por isso desempenha rotinas de elaboração da folha de pagamento de seus colaboradores. A gestão da folha constitui um processo vital para toda e qualquer organização e deve estar o mais automatizado possível, para que sejam diminuídos os riscos que lhe são inerentes, seja ágil, tenha centralização de informações e de bases de dados, esteja mais facilmente sujeito a rigoroso controle, inclusive no plano de auditorias, e para que seja possível um consistente planejamento de gastos com pessoal.

Entrega/Quantidade

Entrega	Quantidade 2017	Quantidade 2018
Automação da Folha de Pagamento	100%	-

Metas do projeto:

Meta de Esforço	Indicador

Meta de Resultado	Indicador

4. Projeto Gestão de Transportes

Gerente: superintendente administrativa

Objetivo

Reestruturar e modernizar a Divisão de Transportes do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

Justificativa

Criada pela Resolução PGJ n.º 02, de 12 de janeiro de 2011, a Divisão de Transportes (DITRA) é uma unidade de apoio administrativo subordinada técnica e administrativamente à Diretoria de Serviços Gerais e Transportes que, por sua vez, integra a estrutura da Superintendência Administrativa. Compete à DITRA planejar, coordenar, orientar, controlar e executar atividades relativas aos serviços de transportes de interesse institucional.

Cabe à DITRA gerenciar uma frota de 215 veículos, sendo 113 próprios e 102 locados, além de 123 motoristas terceirizados e 11 efetivos. Todo o controle de movimentação de frota de veículos e motoristas é feito através de um precário sistema informatizado desenvolvido há mais de 15 anos em ACCESS e por meio de planilhas, registros manuscritos, *e-mails*, que geram dispêndio de tempo utilizado na recuperação e na consolidação dos dados e favorecem a ocorrência de falhas.

Em dezembro de 2014, a Diretoria de Estrutura e Processos Organizacionais (DEPO), em atendimento à demanda da Superintendência de Comunicação Integrada (SCI), apresentou estudo sobre os controles de circulação de veículos da Divisão de Transportes, em que recomendava, entre outras providências a serem adotadas, a implantação de um sistema informatizado para recebimento, registro e controle de solicitações de deslocamentos.

As atribuições a cargo desta Divisão são desenvolvidas por meio de 56 processos de trabalho distintos, que se estendem a 296 Promotorias de Justiça no interior do Estado e a 31 unidades descentralizadas da Capital. A coordenação da unidade, durante o ano de 2016, apurou que as informações e os dados se encontravam fragmentados em planilhas, registros, manuscritos, *e-mails* e *softwares*. Nesse contexto, ressalta-se que são necessários grandes esforços individuais para controlar atividades, bens, recursos financeiros e serviços atribuídos à DITRA.

Relatório da Auditoria Interna, de 2.9.2016, aponta fragilidade e/ou ausência de controle gerencial das atividades inerentes à DITRA e sugere a integração das informações existentes para que adquiram qualidade e sejam as mesmas utilizadas no planejamento e na execução das atividades da unidade, a fim de desempenhar suas funções de forma satisfatória.

Atualmente, a DITRA administra 16 contratos, quatro deles referentes à gestão e ao controle de frota (condutores, locação de veículos, manutenção e combustível), que absorvem juntos 85% do orçamento a ela direcionado. Em 2016, o orçamento da Divisão de Transportes do Ministério Público de Minas Gerais foi de R\$ 7,7 milhões; e para 2017 foi de R\$ 10,4 milhões.

Este projeto foi elaborado por se entender que o vultoso orçamento administrado pela DITRA torna urgente o aprimoramento da gestão dos serviços de transportes no MPMG, a qual se apresenta complexa por envolver numerosas rotinas e gerar expressiva quantia de documentos, sendo necessária a adoção de mecanismos aptos a suportar a padronização e a sistematização de fluxos de trabalho e de viabilizar a leitura de dados. Essa medida proporciona racionalização no cumprimento das tarefas, um controle mais efetivo e, principalmente, otimização do emprego dos ativos financeiros e materiais alocados na DITRA, o que resulta em economia de recursos e melhora na prestação de serviços.

Entrega/Quantidade

Entrega	Quantidade 2017	Quantidade 2018
Relatório Final de mapeamento, modelagem e otimização de processos de trabalho da Divisão de Transportes	1	-
Sistema de controle de frota	1	-
Sistema de informações gerenciais da Divisão de Transporte	1	-
Capacitação de usuários do sistema de controle da frota	1 turma	-
Capacitação de usuários do sistema de informações gerenciais	1 turma	1 turma
Reforma e ampliação do escritório da DITRA	1	-

Metas do projeto:

Meta de Esforço	Indicador
Racionalizar pelo menos 80% dos processos de trabalho existentes na DITRA até ABR/2017.	Número de processos de trabalho existentes em ABR/2017 (-) Número de processos de trabalho racionalizados ATÉ JUL/2017 \geq (Número de processos de trabalho existentes em ABR/2017 X 80) / 100

Meta de Resultado	Indicador
Informatizar pelo menos 80% dos processos de trabalho existentes na DITRA até Dez/2018.	Número de processos de trabalho existentes em ABR/2017 (-) Número de processos de trabalho informatizados ATÉ Dez/2018 \geq (Número de processos de trabalho existentes em ABR/2017 X 80) / 100

5. Projeto Gestão Automatizada do Planejamento Estratégico

Gerente: superintendente de Planejamento e Coordenação

Objetivo

Implantar, no Ministério Público do Estado de Minas Gerais, ferramenta integrada de planejamento e gestão estratégica, gestão de projetos, processos e portfólios, possibilitando maior controle do portfólio de projetos e da gestão estratégica da Instituição.

Justificativa

A gestão estratégica institucional contempla o conjunto de pessoas e ferramentas utilizadas no processo de alinhamento, implantação, monitoramento, avaliação e comunicação do plano estratégico da organização. Para o

ciclo de planejamento 2010-2023, foi construído o mapa estratégico no qual consta objetivos, indicadores e iniciativas com o propósito de direcionar a agenda da gestão da instituição.

A fim de viabilizar os objetivos estratégicos, bem como o contínuo e efetivo monitoramento da execução das ações planejadas, entendeu-se necessária uma infraestrutura formada por ferramenta automatizada e metodologia de trabalho que permita às áreas do MPMG a devida gestão dos projetos estratégicos sob sua responsabilidade.

Os projetos estratégicos definidos pelo MPMG estão diretamente vinculados aos objetivos de natureza complexa e transversal; e essa situação envolve recursos e pessoas de setores diversos, o que implica a carência de ambiente uno no qual as informações de cada projeto possam ser registradas e devidamente acompanhadas pelos envolvidos.

Uma ferramenta de gestão corporativa de portfólio de projetos proverá o MPMG da capacidade de implementação e monitoramento dos fluxos básicos de operações e projetos. Dada a natureza dos projetos, é crucial que o MPMG conquiste a capacidade de automatizar, organizar e gerir seu planejamento estratégico, incluindo os desdobramentos e planos e portfólios setoriais, a fim de que se acompanhem o desempenho e o alcance dos objetivos estratégicos institucionais.

Entrega/Quantidade

Entrega	Quantidade 2017	Quantidade 2018
Ferramenta integrada de gestão estratégica, de projetos e de processos.	1	-
Capacitação de turmas na operação da ferramenta integrada de gestão estratégica, de projetos e de processo.	1	1
Inserção dos projetos do PGA Administrativo 2017/2018 na ferramenta integrada de gestão estratégica, de projetos e de processos.	20%	80%

Metas do projeto:

Meta de Esforço	Indicador

Meta de Resultado	Indicador

6. PEAD MPMG - Projeto de Padronização e Organização Administrativa das Procuradorias e Promotorias de Justiça – PROPAD

Gerente: Superintendente de Planejamento e Coordenação

Objetivo: Tornar a estrutura operacional das promotorias de Justiça mais eficiente, por meio da padronização dos fluxos, rotinas, atividades e tarefas, bem como da organização da sua estrutura funcional.

Justificativa: A atual conjuntura fiscal de escassez de recursos tem exigido a diminuição de gastos e a otimização na aplicação dos recursos públicos. Por outro lado, essa crise fiscal está desencadeando a deterioração das condições de vida na sociedade, o que pode estar correlacionado ao aumento significativo da demanda social que exige mais esforços de atuação do Ministério Público. Nesse sentido, há duas forças pressionando a instituição em sentidos opostos: uma que exige a redução de gastos e outra que leva à alocação de mais recursos para fazer face às crescentes demandas sociais.

Com relação ao cenário financeiro, a evolução da participação do orçamento aprovado para o MPMG no orçamento fiscal do Estado de Minas Gerais no período de 2010 a 2015, houve crescimento anual de 1,41% da participação do orçamento do MPMG no orçamento fiscal do Estado. Em 2012 e 2014, ocorreu significativa redução na participação do Orçamento aprovado ao MPMG no Orçamento Fiscal do Estado. Aliada a essa limitação na participação orçamentária, a instituição atingiu em 2015 o limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal.

No que tange às demandas sociais, observa-se que o crescimento das demandas judiciais e extrajudiciais não vem sendo acompanhadas pela elevação de recursos orçamentários aplicados no MPMG. Quanto às demandas extrajudiciais, entre 2010 e 2014 houve um crescimento médio anual de 36,76%, ao passo que os feitos judiciais distribuídos na 1ª Instância contou com um acréscimo médio anual de 4,21%.

Ao compararmos a média de crescimento anual das demandas com a evolução média de participação do orçamento de MPMG no orçamento fiscal do Estado, verifica-se uma grande diferença. Enquanto a evolução da participação do orçamento do MPMG no orçamento do Estado avança 1,41% por ano, a demanda social tem crescido em média 36,76% na esfera extrajudicial e 4,21% no âmbito judicial. Há um abismo entre situação fiscal e o crescimento da demanda.

Esse cenário exige da instituição fazer cada vez mais com menos recursos. Por isso, é imprescindível o planejamento do Ministério Público para manutenção do equilíbrio de suas contas. Esse planejamento perpassa a padronização e otimização das rotinas que sustentam o dia-a-dia de trabalho da instituição, de modo a minimizar desperdícios, ineficiências e gargalos que consomem recursos. Nesse sentido, a otimização dos processos de trabalho contribui na redução da demanda de recursos, sem deixar de fazer frente às crescentes demandas sociais com eficácia e eficiência. Ademais, a racionalização das rotinas de trabalho propicia a redução de custos operacionais e é uma oportunidade para contornar a situação de restrição orçamentária.

Entrega/Quantidade

Entrega	Quantidade 2017	Quantidade 2018
Mapeamento das rotinas de apoio administrativo das Procuradorias e Promotorias de Justiça do MPMG	0	200 unidades mapeadas

Metas do projeto:

Meta de Esforço	Indicador

Meta de Resultado	Indicador

7. Projeto de Modernização Administrativa – PROMAD MPMG

Gerente: superintendente de Planejamento e Coordenação

Objetivo: Tornar a estrutura operacional das promotorias de Justiça mais eficiente, por meio da padronização dos fluxos, rotinas, atividades e tarefas, bem como da organização da sua estrutura funcional.

Justificativa: A atual conjuntura fiscal de escassez de recursos tem exigido a diminuição de gastos e a otimização na aplicação dos recursos públicos. A crise fiscal está desencadeando a deterioração das condições de vida da sociedade, o que pode estar correlacionado ao aumento significativo da demanda social que exige mais esforços de atuação do Ministério Público, e, dessa forma, há duas forças pressionando a instituição em sentidos opostos: uma que exige a redução de gastos e outra que leva à alocação de mais recursos para fazer face às crescentes demandas sociais.

Em relação ao cenário financeiro, no período de 2010 a 2015, houve crescimento anual de 1,41% da participação do orçamento do MPMG na estimativa fiscal do Estado. Em 2012 e 2014, ocorreu significativa redução na participação do orçamento fiscal do Estado destinado ao MPMG. Aliada a essa limitação na participação orçamentária, a instituição atingiu em 2015 o limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal.

No que tange às demandas sociais, observa-se que o crescimento das ações judiciais e extrajudiciais não vem sendo acompanhado pela elevação de recursos orçamentários aplicados no MPMG. Quanto às demandas extrajudiciais, entre 2010 e 2014, houve um crescimento médio anual de 36,76%, ao passo que os feitos judiciais distribuídos na 1.ª Instância tiveram um acréscimo médio anual de 4,21%.

A comparação entre a média de crescimento anual das demandas com a evolução média de participação do orçamento do MPMG no orçamento fiscal do Estado revela uma grande diferença. Enquanto a evolução da participação do orçamento do MPMG na estimativa do Estado avança 1,41% por ano, a demanda social tem crescido em média 36,76% na esfera extrajudicial e 4,21% no âmbito judicial. Há um abismo entre situação fiscal e crescimento de reivindicações.

Esse cenário exige da instituição fazer cada vez mais com menos recursos. Por isso, é imprescindível o planejamento do Ministério Público para manutenção do equilíbrio de suas contas. Esse planejamento perpassa

a padronização e a otimização das rotinas que sustentam o dia a dia laboral da instituição, de modo a minimizar desperdícios, ineficiências e gargalos que consomem meios. Dessa forma, a otimização dos processos de trabalho contribui com a redução da saída de recursos, sem deixar de fazer frente às crescentes necessidades sociais com eficácia e eficiência. Ademais, a racionalização das rotinas de trabalho propicia a redução de custos operacionais e é uma oportunidade para contornar a situação de restrição orçamentária.

Entrega/Quantidade

Entrega	Quantidade 2017	Quantidade 2018
Mapeamento das rotinas da área-meio	0	70 unidades mapeadas
Revisão das rotinas de trabalho da área-meio	0	15 unidades com as rotinas redesenhadas

Metas do projeto:

Meta de Esforço	Indicador

Meta de Resultado	Indicador

7. Projeto Revisão do Planejamento Estratégico

Gerente: superintendente de Planejamento e Coordenação

Objetivo

Realizar revisão do Plano Estratégico MPMG 2010-2023 de modo a verificar a necessidade de ajustes das diretrizes do Ministério Público do Estado de Minas Gerais diante das mudanças de cenários interno e externo.

Justificativa

A atuação ministerial produz impactos na sociedade assim como as variações do ambiente externo causam reflexos na Instituição. Os cenários mudam constantemente e os objetivos institucionais a serem perseguidos devem acompanhar as transformações. Assim, é de suma importância que, ao final de períodos previamente definidos, realize-se análise que identifique se os objetivos traçados foram alcançados ou se alterações devem ser introduzidas para ajuste das diretrizes estratégicas.

Para tanto, a Resolução PGJ n.º 72/2012 regulamenta os ciclos de revisão dos instrumentos de Planejamento Estratégico do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG). Estabelece que o Plano Estratégico do MPMG 2010-2023 tem ciclo de revisão quadrienal, vigência de 13 anos com início em julho de 2010, e é composto dos itens Missão, Visão de futuro, Valores, Resultados para a sociedade, Macro-objetivos e objetivos e iniciativas

estratégicos institucionais, que retratam a proposta de trabalho do MPMG, tanto na atividade-fim quanto na área administrativa, no horizonte de 2023.

A Resolução PGJ n.º 48/2014 atribui à Coordenadoria de Planejamento Institucional a competência para promover as revisões do Plano Estratégico e do Planejamento Estratégico em conformidade com os atos normativos pertinentes.

Diante disso, propõe-se a revisão do Planejamento e Gestão Estratégica 2010-2023 com vistas a cumprir a mencionada determinação legal.

Entrega/Quantidade

Entrega	Quantidade 2017	Quantidade 2018
Grupo de trabalho instituído	1	-
Plano de Projeto definido	-	1

Metas do projeto:

Meta de Esforço	Indicador
Executar pelo menos 70% do Plano de Revisão do Planejamento Estratégico, até dezembro/2018.	Número de fases do Plano de Revisão Estratégico encerradas até dezembro 2019.

Meta de Resultado	Indicador
Obter até dezembro/2019 um novo Mapa Estratégico, devidamente adequado ao MPMG, que oriente a elaboração de planos, programas e projetos institucionais, aprovado por pelo menos 60% da Instituição.	Índice de aprovação de participação de membros e servidores na elaboração do Mapa Estratégico.

8. Projeto Sistema de Controle de Diárias e Passagens (SCDP)

Gerente: diretora-geral

Objetivo

Aperfeiçoar o Sistema de Concessão e Controle de Diárias e Passagens do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, com revisão do fluxo de funcionamento e regras dos negócios.

Justificativa

A proposta da administração superior do Ministério Público de promover atualização permanente de informações e efetividade nos processos que envolvem a tomada de decisão, especialmente em atos que resultem no provimento

dos meios necessários ao cumprimento da missão ministerial, exige o alinhamento entre as diversas instâncias gerenciais e de execução e a permanente busca de eficiência pelas áreas meio do *Parquet*.

Nesse contexto, a Procuradoria-Geral de Justiça utiliza sistemas corporativos até certo ponto satisfatórios à execução de suas principais rotinas operacionais, embora, em alguns casos, não favoreça a disponibilidade de informações gerenciais customizadas em tempo real e de forma permanente que permitam visão sistêmica e integrada dos negócios que visa organizar.

É o caso dos processos relacionados a diárias de viagens, os quais requerem, por quase consenso entre as instâncias da Procuradoria-Geral de Justiça, a necessidade de revisão. Atualmente, são verificadas falhas e até mesmo defasagem temporal das informações utilizadas nos processos de solicitação, autorização e concessão das diárias, apesar de sua relevante participação nos gastos da instituição e da existência de um sistema informatizado específico não condizente com os rigores de controle e alinhamento estratégico que deveriam seguir.

Assim, com vistas a dotar a Procuradoria-Geral de Justiça de um ambiente propício de informações que contemple, de forma integrada, as diversas visões e interesses atinentes às áreas meio e finalística na concessão de diárias, permitindo ainda atingir os propósitos de redução de custos e efetividade nesse tipo de gasto, é que se apresenta o projeto denominado Sistema de Controle de Diárias e Passagens (SCDP). Seu objetivo central é rever todos os fluxos relacionados às diárias de viagem e às despesas com locomoção.

A revisão contemplará desde os instrumentos normativos até o sistema informatizado propriamente dito, cuja atualização se tem mostrado extremamente necessária.

Sem os resultados esperados para o referido projeto, a Procuradoria-Geral de Justiça permanecerá com processos personificados de escolhas e concessões, com capacidade operacional para controle e execução extremamente onerosa, em que o fornecimento de dados gerenciais é de difícil obtenção e extemporâneo e, portanto, não condizente com os propósitos da atual administração, conforme foi ressaltado.

Entrega/Quantidade

Entrega	Quantidade 2017	Quantidade 2018
Diagnóstico e análise sobre marco regulatório, processos de negócio e solução de TI	1	-
Revisão e modelagem dos processos de solicitação, concessão e prestação de contas de diárias e passagens	1	-
Ato regulamentar	-	1
Sistema de solicitação, concessão e prestação de contas de diárias e passagens	-	1

Metas do projeto:

Meta de Esforço	Indicador

Meta de Resultado	Indicador

9. Projeto Sistema de Gestão de Adiantamentos Diversos (SIGAD)

Gerente: superintendente de Finanças

Objetivo

Racionalizar e informatizar a Gestão dos Adiantamentos Diversos da PGJ.

Justificativa

Os procedimentos de concessão de adiantamentos diversos no âmbito da Instituição são executados de forma manual com formulários elaborados em editores de texto e com controles em planilhas eletrônicas.

A prestação de contas é encaminhada à Diretoria de Contabilidade (DCON) em duas etapas. Na primeira etapa, há o envio de fax ou de e-mail dos documentos. Na segunda etapa, são encaminhados via Correios os originais para análise e conferência da DCON. Ao final do processo, os documentos são arquivados na DCON.

Todo este caminho manual torna o processo bastante moroso, aumentando o custo do controle e ainda o não atendimento às normas do CNMP.

Em atendimento à Resolução CNMP n.º 86/2012, que determina a identificação individualizada de cada gasto, com justificativa sucinta para publicação no Portal da Transparência do MPMG, em cumprimento à Lei de Acesso à Informação, torna-se necessária a criação de processos automatizados de solicitação de adiantamentos diversos, incluindo despesa miúda de pronto pagamento, prestação de contas, incorporando a digitalização de comprovantes da despesa e documentos de devolução de saldo não utilizado, todos originais.

Além de atendimento aos dispositivos legais, é premente a necessidade de aprimorar e agilizar a gestão orçamentária e financeira com ferramentas de informática próprias capazes de fornecer relatórios estruturados e consultas gerenciais globais e individualizadas, automatizando o processo e acelerando as informações. O aprimoramento dos processos de pagamentos com integração à realidade das ferramentas de comunicação disponibilizadas pelo atual quadro de desenvolvimento tecnológico implicará redução do tempo gasto pelos servidores e do consumo desnecessário de materiais.

Entrega/Quantidade

Entrega	Quantidade 2017	Quantidade 2018
Grupo de Estudo Temático	1	-
Diagnóstico e análise sobre marco regulatório, processos de negócio e soluções de TI	1	-
Revisão e modelagem dos processos de solicitação, concessão e prestação de contas de adiantamentos diversos	1	-
Plano de Projeto da solução definida pela Administração Superior	-	1

Metas do projeto:

Meta de Esforço	Indicador
Efetuar, até dezembro de 2018, testes internos no Sistema em pelo menos 3 (três) áreas envolvidas.	Número de áreas envolvidas submetidas a testes no sistema.

Meta de Resultado	Indicador
Obter pelo menos 80% de resultados satisfatórios nas áreas envolvidas no teste, em dezembro 2020.	Pesquisa de satisfação junto às áreas trabalhadas.

10. Projeto Gestão de Cedidos

Gerente: superintendente de Recursos Humanos

Objetivo

Assegurar o registro em sistema de informação dos servidores cedidos de outros órgãos, especialmente de prefeituras.

Justificativa

Necessidade de identificar servidores advindos de outros órgãos para o MPMG, obedecendo a critérios para o ingresso conforme norma padrão de convênio. Atualmente, a formalização das cessões e controles dos servidores cedidos são feitos por ofícios e planilhas.

Os outros cedidos já possuem cadastro, restando apenas os servidores cedidos pelas prefeituras do estado de Minas Gerais. Os registros e controles dos servidores cedidos serão feitos no sistema FPW.

Entrega/Quantidade

Entrega	Quantidade 2017	Quantidade 2018
Fluxo de elaboração de convênio definido	1	-
Critérios para ingresso e controle de servidores cedidos definidos	1	-
Ato Regulamentar	1	-

Metas do projeto:

Meta de Esforço	Indicador

Meta de Resultado	Indicador

11. Projeto Sistema de Gestão de Centros de Custos

Gerente: superintendente de Finanças

Objetivo

Implementar o Sistema de Informações de Centro de Custos no MPMG.

Justificativa

Complexidade do tema no que tange à mensuração e à evidenciação dos custos no setor público.

Necessidade da implantação do Sistema de Informações de Custos, tendo em vista a inexistência de ferramentas que possam subsidiar a tomada de decisões dos gestores quanto à utilização eficiente dos recursos públicos.

Atender às seguintes determinações legais:

- Lei 4320/1964;
- Art. 50 da Lei Complementar 101/2000 no que tange ao acompanhamento da Gestão orçamentária, financeira e patrimonial;
- Norma Brasileira de Contabilidade NBC-T 16.11, aprovada pelo CFC através da Resolução 1.366/2011, que torna obrigatória a todas as entidades do setor público a criação de Subsistema de Informações de Custos;
- Portarias 437/2012 e 634/2013 da STN que dispõem sobre a produção de informações de custos pelo setor público;
- Acordo de Resultados da Ação Nacional Estruturante;

- Minuta da Resolução instituindo a Política Nacional de Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil do CNMP e do MP brasileiro.

Entrega/Quantidade

Entrega	Quantidade 2017	Quantidade 2018
Grupo Permanente de Trabalho criado	1	-
Taxonomia definida	1	-
Plano de Projeto	1	-

Metas do projeto:

META DE ESFORÇO	INDICADOR
Concluir, até dezembro de 2017, 80% das ações propostas na fase de planejamento do Sistema de Gestão de Centros de Custos.	Número de ações da fase do planejamento concluídas.

META DE RESULTADO	INDICADOR
Obter 100% de aprovação do escopo do projeto, pelo PGJAA, até dezembro/2018.	100% do escopo aprovado.

12. Projeto Sistema de Gestão de Compras, Contratos, Convênios e Instrumentos Congêneres

Gerente: superintendente administrativa

Objetivo

Dotar o Ministério Público de Minas Gerais de um sistema informatizado para controle e registro das compras, licitações, contratos, convênios, termos de cooperação técnica, atos correlatos e instrumentos congêneres a fim de otimizar a execução dos serviços e de possibilitar a prestação de informações por meio de mecanismos de transparência, de maneira automática, célere, eficaz e segura.

Justificativa

A Superintendência Administrativa e as unidades a ela subordinadas trabalham com vários sistemas para registro de informações acerca de compras, licitações, contratos, convênios e instrumentos congêneres celebrados pelo MPMG, além de utilizar diversas planilhas de controle dos procedimentos. A pluralidade de sistemas e de planilhas dificulta o acesso às informações, gera retrabalho, provoca acúmulo de documentos e maiores gastos de pessoal e de material.

Atualmente, a Diretoria de Contratos e Convênios utiliza diversos sistemas para cadastro, operacionalização e prestação de contas das dispensas e inexigibilidades de licitação, contratos, convênios e instrumentos congêneres: SIAF, SICOP, SIAD e NETTERM. Além desses sistemas, utiliza planilhas de MS-Excel para registro e controle dos procedimentos e prestação de contas, de forma manual, ao Portal da Transparência.

Por sua vez, a Diretoria de Compras e Licitações utiliza, também para cadastro, operacionalização e divulgação de informações para o Portal Transparência, os sistemas TR/PC, SIAD, SCPL, além das planilhas de MS-Excel.

A adoção de um sistema informatizado único, em substituição aos atuais controles, servirá para consolidar os dados relativos aos instrumentos celebrados em vários sistemas, arquivos e controles diferentes, diminuindo possíveis falhas e tornando as buscas/consultas mais céleres, já que a Diretoria de Contratos e Convênios dará sequência aos procedimentos já iniciados no sistema pela Diretoria de Compras e Licitações. Além disso, o sistema único deverá possibilitar a elaboração de relatórios e a prestação de contas acerca dos gastos públicos no Portal da Transparência de forma automática, tempestiva e confiável, nos termos exigidos pelo Conselho Nacional do Ministério Público.

Nesse sentido, o sistema informatizado único otimizará a execução dos servidos nas unidades da Superintendência Administrativa, permitindo melhoria no aproveitamento de pessoal e de material e a construção de um planejamento estratégico, o que, conseqüentemente, refletirá na eficiência e na economicidade dos serviços administrativos.

Entrega/Quantidade

Entrega	Quantidade 2017	Quantidade 2018
Diagnóstico do mapeamento, modelagem e otimização de processos de trabalho relativos ao macroprocesso de compras, contratos, convênios e instrumentos congêneres	1	-
Relatório de Proposição baseada em diagnóstico	-	1
Ferramenta de Gestão implementada	-	1
Minuta de ato normativo	-	1
Capacitação de usuários do sistema de gestão de contratos, convênios, termos de cooperação técnica e correlatos	-	1

Metas do projeto:

Meta de Esforço	Indicador
Reduzir, até dezembro de 2018, em pelo menos 30% o retrabalho dos setores, mediante diminuição do volume de informações a serem preenchidas nas planilhas de controles dos procedimentos de compras, licitações, contratos, convênios e instrumentos congêneres celebrados pelo MPMG, ainda que com base no relatório de proposição e, mesmo antes de finalizado o desenvolvimento da ferramenta de gestão.	Volume de informações preenchidas manualmente e/ou do número de planilhas de controle.

Meta de Resultado	Indicador
Substituir, até julho de 2019, as planilhas de controle atualmente existentes por ferramenta única de gestão de compras, licitações, contratos, convênios e instrumentos congêneres.	Ferramenta de gestão de compras (sistema informatizado)

13. Projeto Sistema de Gestão de Terceirizados

Gerente: superintendente administrativa

Objetivo

Dotar o Ministério Público do Estado de Minas Gerais de sistema unificado para gestão de terceirizados, tornando a informação mais ágil e segura e concedendo nova dinâmica aos respectivos controles financeiros, operacionais e contratuais.

Justificativa

Em 2014, a Diretoria de Estrutura e Processos Organizacionais (DEPO), integrante da estrutura orgânica da COPLI, realizou um estudo técnico dos procedimentos de trabalho executados na Divisão de Serviços Gerais (DISEG), unidade de apoio administrativo que tem por finalidade planejar, coordenar, orientar, controlar, avaliar e diligenciar a prestação dos serviços terceirizados de natureza continuada no âmbito da instituição.

Na conclusão do trabalho, foram identificados problemas enfrentados pela unidade organizacional, entre os quais:

- excesso de atividades para realização de trabalho;
- dificuldade e dispêndio de tempo na consolidação das informações e checagem das notas fiscais;
- dificuldade na análise de Convenções Coletivas de Trabalho e repactuações contratuais;
- dificuldade e dispêndio de tempo na elaboração de Termo de Referência de processo licitatório para contratação de empresa para a prestação de serviços terceirizados.

Entre as causas apuradas, identificou-se que todos os controles internos da DISEG necessários à execução de suas competências se realizam por meio de planilhas eletrônicas que são mais suscetíveis a erros e implicam maior dispêndio de tempo na consolidação e na conferência dos dados, além de passíveis a eventuais perdas dos arquivos.

Assim, propõe-se a implantação de um sistema informatizado para a gestão dos contratos de prestação de serviços terceirizados que, entre outras funcionalidades, faça cadastro, acompanhamento das movimentações e avaliações dos funcionários terceirizados, solicitações e cálculos das diárias de viagens, controle da conta vinculada, cálculos de reajuste, revisão e repactuação de preços, faturamento de prestação de serviços e a respectiva checagem das notas fiscais apresentadas pelas empresas. Esta se apresenta, pois, como a ação de maior impacto para o incremento da eficácia nas atividades de controle dos serviços terceirizados.

Entrega/Quantidade

Entrega	Quantidade 2017	Quantidade 2018
Relatório Final de revisão do mapeamento, modelagem e otimização de processos de trabalho no módulo de gestão de diárias	1	-
Módulo de gestão de diárias implantado	1	-
Módulo de gestão da conta vinculada implantado	-	1

Metas do projeto:

Meta de Esforço	Indicador
Implantar, pelo menos o Módulo de Avaliações eletrônica, até dezembro de 2017.	Módulo de avaliação eletrônica

Meta de Resultado	Indicador
Obter 100% do mapeamento dos Módulos de Custos e Cálculos Contratuais, até dezembro de 2018.	Módulos de Custos e Cálculos Contratuais

14. Projeto Sistema Eletrônico de Informações (SEI)

Gerente: superintendente de Planejamento e Coordenação

Objetivo

Implementar a tramitação eletrônica de expedientes, objetivando a eficiência administrativa advinda da melhoria no desempenho dos processos de trabalho do Ministério Público, com ganhos em agilidade, produtividade, transparência e redução de custos.

Justificativa

A utilização do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) possibilitará a gestão de processos e documentos eletrônicos, ensejando a libertação do paradigma do papel como suporte físico para documentos institucionais e o compartilhamento do conhecimento com atualização e comunicação de novos eventos em tempo real, por se tratar de práticas inovadoras no setor público.

Acessível via *web*, permitirá o trabalho a distância bem como gerenciará o acesso de usuários externos aos expedientes administrativos que lhes digam respeito.

Viabilizará, ainda, o acesso simultâneo de várias unidades administrativas aos expedientes em tramitação e o acesso restrito e sigiloso só às unidades envolvidas e a usuários específicos.

Entrega/Quantidade

Entrega	Quantidade 2017	Quantidade 2018
Mapeamento do sistema, com o detalhamento das funcionalidades e adequação às necessidades da Instituição	1	-
Projeto piloto	1	-
Regulamentação	1	-
Sistema de gestão eletrônica de documentos	-	1

Metas do projeto:

Meta de Esforço	Indicador

Meta de Resultado	Indicador

15. Projeto Tramitação Direta de Inquéritos Policiais

Gerente: assessor especial do PGJAJ

Objetivo

Implantar a Tramitação Direta de Inquéritos Policiais entre as unidades do Ministério Público do Estado de Minas Gerais e da Polícia Civil de Minas Gerais, via sistema informatizado.

Justificativa

Nos termos do inciso I do artigo 129 da Constituição da República, o Ministério Público é o titular da ação penal, sendo-lhe também conferida atribuição para exercer o controle externo da atividade policial, conforme inciso VII do art. 129 do texto constitucional. Por sua vez, são competências das polícias civis, dirigidas por delegados de Polícia, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, nos termos do artigo 144, § 4.º, da Constituição da República.

No sistema de persecução penal brasileiro, o delegado de Polícia exerce função de Estado dedicada à preservação de direitos e garantias fundamentais. Para tanto, é o inquérito policial instrumento adequado e legalmente previsto para a apuração de infrações penais, visando subsidiar a atuação persecutória do Ministério Público.

Não obstante tais disposições da Constituição da República de 1988, sempre que encaminhado pela Polícia Civil ao Ministério Público ou vice-versa, o inquérito policial circula pela estrutura do Poder Judiciário.

É necessário adequar a tramitação dos inquéritos policiais com vistas a conferir maior celeridade para a conclusão das investigações criminais. Esta situação é inclusive contemplada pelo projeto de novo Código de Processo Penal em curso no Congresso Nacional, que prevê o trâmite direto de inquéritos policiais.

De par com isso, tem-se a reserva de jurisdição para a análise das medidas constritivas de natureza acautelatória na fase da investigação criminal, preservadas as garantias constitucionais inerentes ao devido processo penal.

Nesse contexto, é necessário o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Polícia Civil do Estado de Minas Gerais se prepararem adequadamente para a nova sistemática de tramitação, de forma responsável e segura, mensurando os custos e as consequências para a Segurança Pública.

Entrega/Quantidade

Entrega	Quantidade 2017	Quantidade 2018
Mapeamento, modelagem e otimização dos fluxos das rotinas de trabalho no MPMG para a tramitação direta de inquéritos policiais com a PCMG (recebimento, manifestação e devolução)	3	-
Adequação do SRU às rotinas de trabalho do MPMG para a tramitação direta de inquéritos policiais com a PCMG	1	-
Tramitação direta de inquéritos policiais entre MPMG e PCMG	10 comarcas	-
Diagnóstico – Tramitação direta de inquéritos policiais entre MPMG e PCMG	1	-

Metas do projeto:

Meta de Esforço	Indicador
Implantar em pelo menos 10 Comarcas a tramitação direta de inquérito policiais até dezembro de 2017.	Número de Comarcas existente no Estado até dezembro de 2017.

Meta de Resultado	Indicador
Obter a satisfação do procedimento de tramitação direta dos inquéritos policiais em pelo menos 80% das Comarcas que foram implantadas até 6 meses após sua implementação.	Pesquisa de avaliação do projeto-piloto

16. Projeto Designações dos Servidores, Estagiários, Terceirizados e Cedidos

Gerente: superintendente de Recursos Humanos

Objetivo

Assegurar a publicidade e o registro em sistema de informação das designações de servidores, estagiários e cedidos para desempenharem funções no âmbito interno da Instituição ou para a representarem em eventos ou perante órgãos externos.

Justificativa

Verificou-se a necessidade de aperfeiçoar o procedimento de designação de servidores, estagiários e cedidos para integrarem comissões específicas e/ou representar o Ministério Público em eventos ou em instituições, no tocante à publicidade dos atos e ao registro em ficha funcional do designado.

Entrega/Quantidade

Entrega	Quantidade 2017	Quantidade 2018
Mapeamento, modelagem e otimização do fluxo da rotina de trabalho	1	-

Metas do projeto:

Meta de Esforço	Indicador

Meta de Resultado	Indicador

17. Implantação do eSocial do MPMG

Gerente: superintendente de Recursos Humanos

Objetivo:

Implantar, no Ministério Público do Estado de Minas Gerais, o e-Social: Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas.

Justificativa:

O Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (e-Social) foi instituído pelo Decreto nº 8.373, de 11 de dezembro de 2014, sendo de utilização obrigatória por todos os empregadores, na forma, termos e prazo estabelecidos por seu Comitê Diretivo.

Em 29 de novembro de 2017 foi editada a Resolução do Comitê Deliberativo do eSocial nº 03 que alterou o cronograma de implantação estabelecido pela Resolução nº 02 do mesmo órgão, estando prevista a obrigatoriedade gradativa da utilização do eSocial pelos entes públicos em relação ao seu quadro de pessoal, a partir de janeiro de 2019.

Desta forma, impõe-se a adoção de medidas hábeis a possibilitar a preparação de ambiente, sistemas e dados internos do MPMG a fim de se opere, a tempo e modo, a transmissão das informações exigidas pelo eSocial.

Entrega/Quantidade

Entrega	Quantidade 2017	Quantidade 2018

Metas do projeto:

Meta de Esforço	Indicador
Realizar a adequação de 100% dos dados do órgão aos parâmetros do eSocial até agosto de 2018.	Percentual de dados consistentes
Realizar a adequação de 100% dos dados dos trabalhadores aos parâmetros do eSocial até outubro de 2018.	Percentual de dados consistentes

Meta de Resultado	Indicador
Realizar o envio de 100% dos dados da fase 1 até janeiro de 2019.	Percentual do dados enviados
Realizar o envio de 100% dos dados da fase 2 até março de 2019.	Percentual do dados enviados
Realizar o envio de 100% dos dados da fase 3 até maio de 2019.	Percentual do dados enviados
Realizar o envio de 100% dos dados da fase 4 até julho de 2019.	Percentual do dados enviados
Realizar o envio de 100% dos dados da fase 5 até julho de 2019.	Percentual do dados enviados

Programa Gestão do Conhecimento

Alinhamento Estratégico:	Promover a Gestão do Conhecimento, facilitando seu compartilhamento e a replicação das melhores práticas.
Objetivo:	Identificar, validar, organizar e tornar facilmente acessível aos integrantes do Ministério Público de Minas Gerais os conhecimentos, as habilidades, os modelos de peças, as teses e fundamentações jurídicas, os métodos e as técnicas de atuação, as inovações e as expertises dos membros e servidores.
Patrocinador	Diretor do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional - Nedens Ulisses Freire Vieira
Gestor:	Coordenador de Planejamento Institucional - Marcos Tofani Baer Bahia

Projetos componentes

1. Aperfeiçoamento da Revista *De Jure*
2. Comunidades de Práticas Institucionais
3. Gestão por Competências MPMG
4. História Oral do MPMG
5. Indicadores Sociais com *Business Intelligence*
6. Inteligência Gerencial – Chefia de Gabinete
7. Inteligência Gerencial – Corregedoria-Geral do Ministério Público
8. Inteligência Gerencial – PGJAA
9. Inteligência Gerencial – Criminal
10. Inteligência Gerencial – Patrimônio Público
11. *Wiki* Institucional

1. Projeto Aperfeiçoamento da Revista *De Jure*

Gerente: superintendente de Formação e Aperfeiçoamento

Objetivo

Adequar a revista *De Jure* aos requerimentos mínimos necessários para a nota B5, estipulados pelo sistema Qualis/Capes.

Justificativa

A Revista *De Jure* – Revista Jurídica do MPMG há mais de 10 anos divulga conhecimento jurídico. Com o intuito de fomentar o reconhecimento tanto da instituição quanto da própria publicação, faz-se necessária sua valoração no âmbito acadêmico, em especial com a certificação pelo sistema Qualis/Capes, que avalia e qualifica os periódicos acadêmicos do país. Atualmente, no estrato C de qualificação, a instituição busca aprimorar essa classificação para que a revista, juntamente com a escola institucional, possa ser cada vez mais reconhecida pela sua excelência.

Entrega/Quantidade

Entrega	Quantidade 2017	Quantidade 2018
Revista adequada aos requisitos mínimos para nota B5	2	-

Metas do projeto:

Meta de Esforço	Indicador
Realizar publicações com pelo menos 25% de autores e pareceristas externos ao Estado de MG até dezembro de 2018.	Revistas publicadas.

Meta de Resultado	Indicador
Obter pelo menos 25% de heterogenia de autores e avaliadores em cada publicação até dezembro de 2018.	Revistas publicadas

2. Projeto Comunidades de Práticas Institucionais

Gerente: superintendente de Formação e Aperfeiçoamento

Objetivo

Instituir comunidades de práticas no Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

Justificativa

Um ambiente dinâmico e competitivo como o atual requer das organizações o desenvolvimento de métodos de aprendizagem contínua que garantam meios para o gerenciamento e a disseminação de conhecimentos. Nesse

contexto, as comunidades de prática constituem um ambiente de aquisição e troca de informações e conhecimentos, e também de compartilhamento de experiências.

Como benefícios para as organizações proporcionados pelas comunidades de prática apontados por estudiosos da matéria destacam-se: melhoria dos resultados organizacionais, arena para a resolução de problemas, respostas rápidas a questionamentos, redução de tempo e de custos, melhoria na qualidade das decisões, mais perspectivas sobre problemas, maior coordenação, padronização e sinergia entre unidades, entre outros.

Diante do exposto, percebe-se a relevância da adoção de comunidades de práticas como ferramenta de Gestão do Conhecimento da instituição.

Entrega/Quantidade

Entrega	Quantidade 2017	Quantidade 2018
Definição da metodologia, das áreas temáticas e da tecnologia a ser utilizada	1	-
Plano de projeto piloto	1	-
Plano de projeto (Projeto executivo)	-	1
Comunidade de Prática disponibilizada	-	1

Metas do projeto:

Meta de Esforço	Indicador

Meta de Resultado	Indicador

3. Projeto Gestão por Competências MPMG

Gerente: superintendente de Recursos Humanos

Objetivo

Aprimorar o sistema de gestão de pessoas com foco em resultados, intensificando o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes, bem como valorizar e motivar membros e servidores por meio de uma metodologia de gestão moderna e de evolução permanente.

Justificativa

Considerando que se trata de projeto de longo prazo, definido pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) como meta de implantação do modelo de gestão por competências nas Unidades Ministeriais de todo o país, bem como por se referir a recomendação do Tribunal de Contas da União, a implementação do modelo importará nos seguintes benefícios:

- melhoria no desempenho dos colaboradores;
- identificação das necessidades de treinamentos;
- alinhamento dos objetivos e metas da organização e da equipe;
- redução da subjetividade na seleção e avaliação de pessoas;
- melhoria no relacionamento entre gestores e liderados;
- melhoria da motivação e do compromisso;
- extração do máximo de produtividade de cada colaborador.

Entrega/Quantidade

Entrega	Quantidade 2017	Quantidade 2018
Competências comuns definidas (relatório)	1	-
Trilhas de aprendizagem das competências comuns elaboradas (relatório)	-	1
Competências específicas e gerenciais definidas (relatório)	-	1

Metas do projeto:

Meta de Esforço	Indicador

Meta de Resultado	Indicador

4. Projeto História Oral do MPMG

Gerente: superintendente de Formação e Aperfeiçoamento

Objetivo

Resgatar a memória institucional e subsidiar a construção da história do Ministério Público do Estado de Minas Gerais mediante testemunhos de Procuradores-Gerais de Justiça do passado, transmitidos oralmente.

Justificativa

O projeto “História Oral” desenvolvido pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional já produziu diversas gravações com os seguintes membros e ex-Corregedores-Gerais do Ministério Público de Minas Gerais: Ruth Lies Scholte Carvalho – Procuradora de Justiça; Antônio de Padova Marchi Júnior – Procurador de Justiça; Manoel Divino de Siqueira – Procurador de Justiça; Joaquim Cabral Netto – Procurador de Justiça; Márcio Heli de Andrade – Procurador de Justiça; Afrânio Proença – Procurador de Justiça aposentado.

O projeto atual dá continuidade às entrevistas dos Procuradores-Gerais do passado e as lança em formato *DVD*, já que o material é de relevância institucional e se destina a resgatar, preservar e divulgar a história do Ministério Público de Minas Gerais.

A série de entrevistas a membros e a servidores do Ministério Público tem como objetivo captar e preservar seus testemunhos, ampliando a perspectiva dos fatos já documentados pelas vias tradicionais. Além disso, retrata situações e objetos que fizeram parte da história da instituição através de uma visão mais próxima e real.

O registro de fatos históricos encontrados em documentos e livros geralmente trata de maneira direta os acontecimentos, relacionando datas e nomes de maneira empírica. Uma visão mais subjetiva e não menos rica pode ser gerada graças ao contato com as pessoas que fizeram parte da história.

A formação de um portfólio nessa perspectiva proporciona aos estudiosos um material mais abrangente dos acontecimentos, além de ser útil aos demais membros e à sociedade em geral para que conheçam melhor a história do Ministério Público.

Entrega/Quantidade

Entrega	Quantidade 2017	Quantidade 2018
DVDs História Oral	1000	-

Metas do projeto:

Meta de Esforço	Indicador
Obter, até dezembro de 2018, pelo menos 10 entrevistas para confecção de kits de DVDs.	Número de entrevistados

Meta de Resultado	Indicador
Confecionar e distribuir, até dezembro de 2018, 1000 kits de DVDs.	Número de Kits de DVDs lançados

5. Projeto Indicadores Sociais com *Business Intelligence*

Gerente: coordenador do Gabinete de Segurança e Inteligência

Objetivo

Integrar os indicadores sociais como ferramenta de apoio à gestão estratégica no MPMG.

Justificativa

O Ministério Público mineiro busca o cumprimento de sua missão por meio de uma atuação eficaz na transformação da realidade social. Considerando o Mapa Estratégico Institucional, a análise dos Indicadores Sociais assume importante papel como medidas usadas para traduzir quantitativamente um conceito social abstrato e informar algo sobre determinado aspecto da realidade social, contribuindo para formulação, monitoramento e avaliação de programas e políticas públicas bem como para as estratégias de atuação do MPMG.

Entrega/Quantidade

Entrega	Quantidade 2017	Quantidade 2018
Mapa de Indicadores Sociais	1	-
Painéis de indicadores sociais e de dados demográficos	-	1

Metas do projeto:

Meta de Esforço	Indicador

Meta de Resultado	Indicador

6. Projeto Inteligência Gerencial – Chefia de Gabinete

Gerente: procurador-geral de Justiça Adjunto Administrativo

Objetivo

Desenvolver o módulo da ferramenta de *Business Intelligence* para subsidiar a tomada de decisão da chefia de Gabinete, especialmente quanto à situação funcional dos membros do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

Justificativa

Detectou-se a necessidade premente de implementação de processos de coleta, organização, análise, monitoramento e compartilhamento em base consolidada de informações que ofereçam suporte à tomada de decisões e à construção das políticas institucionais. Tal medida proporcionará o alcance das metas propostas e o cumprimento da missão do MPMG.

Entrega/Quantidade

Entrega	Quantidade 2017	Quantidade 2018
Módulo da ferramenta de <i>Business Intelligence</i> desenvolvido para gerar “Visão Chefia de Gabinete”	1	-
Padronização de processo de trabalho de monitoramento e atualização dos dados no Tableau – carga	1	-

Metas do projeto:

Meta de Esforço	Indicador

Meta de Resultado	Indicador

7. Projeto Inteligência Gerencial – Corregedoria-Geral do Ministério Público

Gerente: Corregedor-Geral do MPMG

Objetivo

Desenvolver módulo da ferramenta de *Business Intelligence* para atender às necessidades correicionais.

Justificativa

Verificou-se a necessidade premente de implementação de processos de coleta, organização, análise, monitoramento e compartilhamento em base consolidada de informações que ofereçam suporte à tomada de decisões e à construção das políticas institucionais. Isso possibilitará o alcance das metas propostas e o cumprimento da missão do MPMG.

Entrega/Quantidade

Entrega	Quantidade 2017	Quantidade 2018
Módulo da ferramenta de <i>Business Intelligence</i> desenvolvido para gerar “Visão Corregedoria MPMG”	1	-
Padronização de processo de trabalho de monitoramento e atualização dos dados no Tableau – carga	1	-

Metas do projeto:

Meta de Esforço	Indicador

Meta de Resultado	Indicador

8. Projeto Inteligência Gerencial da PGJAA

Gerente: procurador-geral de Justiça Adjunto Administrativo

Objetivo

Desenvolver o módulo da ferramenta de *Business Intelligence* para subsidiar a tomada de decisão da Procuradoria-Geral de Justiça Adjunta Administrativa, especialmente quanto à situação funcional dos servidores do MPMG.

Justificativa

Constatou-se a necessidade premente de implementação de processos de coleta, organização, análise, monitoramento e compartilhamento em base consolidada de informações que ofereçam suporte à tomada de decisões e à construção das políticas institucionais, proporcionando o alcance das metas propostas e o cumprimento da missão do MPMG.

Entrega/Quantidade

Entrega	Quantidade 2017	Quantidade 2018
Módulo da ferramenta de <i>Business Intelligence</i> desenvolvido para gerar “Visão da PGJAA”	1	-
Padronização de processo de trabalho de monitoramento e atualização dos dados no Tableau – carga	1	-

Ato Regulamentar	-	1
------------------	---	---

Metas do projeto:

Meta de Esforço	Indicador

Meta de Resultado	Indicador

9. Projeto Inteligência Gerencial – Criminal

Gerente: coordenador do Gabinete de Segurança e Inteligência

Objetivo

Desenvolver o módulo da ferramenta de *Business Intelligence* para subsidiar a atuação finalística qualificada.

Justificativa

A necessidade premente de implementação de processos de coleta, organização, análise, monitoramento e compartilhamento em base consolidada de informações que ofereçam suporte à tomada de decisões e à construção das políticas institucionais que proporcionem o alcance das metas propostas e o cumprimento da missão do MPMG.

Entrega/Quantidade

Entrega	Quantidade 2017	Quantidade 2018
Módulo da ferramenta de <i>Business Intelligence</i> desenvolvido para gerar “Visão Criminal”	-	1
Padronização de processo de trabalho de monitoramento e atualização dos dados no Tableau – carga	-	1

Metas do projeto:

Meta de Esforço	Indicador

Meta de Resultado	Indicador

10. Projeto Inteligência Gerencial – Patrimônio Público

Gerente: coordenador do Gabinete de Segurança e Inteligência

Objetivo

Disponibilizar ferramenta parametrizada de *Business Intelligence* para subsidiar a atuação qualificada na área do Patrimônio Público.

Justificativa

A necessidade premente de implementação de processos de coleta, organização, análise, monitoramento e compartilhamento em base consolidada de informações que ofereçam suporte à tomada de decisões e à construção das políticas institucionais, proporcionando o alcance das metas propostas e o cumprimento da missão do MPMG.

Entrega/Quantidade

Entrega	Quantidade 2017	Quantidade 2018
Relatório de viabilidade de aquisição ou desenvolvimento da ferramenta	1	-
Definição da estratégia de aquisição ou desenvolvimento da ferramenta	1	-

Metas do projeto:

Meta de Esforço	Indicador

Meta de Resultado	Indicador

11. Projeto Wiki Institucional

Gerente: superintendente de Formação e Aperfeiçoamento

Objetivo

Organizar, gerenciar e compartilhar o conhecimento acerca das atribuições, atividades e rotinas do Ministério Público do Estado de Minas Gerais por meio da tecnologia *Wiki*.

Justificativa

Atualmente, o conhecimento vem sendo considerado o principal ativo das organizações, que devem, então, buscar mecanismos que apoiem e estimulem a criação e a disseminação de conhecimento entre seus colaboradores.

Nessa linha, a ferramenta *wiki* propõe o desenvolvimento de ambiente colaborativo de criação de conteúdo por indivíduos que dele participam, ampliando o conhecimento individual por meio de diálogo, de discussões, do compartilhamento de experiências ou da observação.

Entrega/Quantidade

Entrega	Quantidade 2017	Quantidade 2018
Definição da metodologia, das áreas temáticas e da tecnologia a ser utilizada	1	-
Plano de projeto-piloto	1	-
Plano de projeto (Projeto executivo)	-	1
Ferramenta <i>Wiki</i> disponibilizada	-	1

Metas do projeto:

Meta de Esforço	Indicador

Meta de Resultado	Indicador

Programa de Qualidade de Vida

Alinhamento Estratégico	Otimizar a gestão dos recursos humanos, físicos e financeiros disponíveis.
Objetivo	Implementar ações de saúde ocupacional e de qualidade de vida, que atendam e acompanhem membros e servidores durante e em virtude de suas carreiras e serviços profissionais e melhorem o meio ambiente de trabalho.
Patrocinador	Procurador-Geral de Justiça Adjunto Administrativo - Heleno Rosa Portes
Gestor	Coordenador de Planejamento Institucional - Marcos Tofani Baer Bahia

Projetos componentes

1. Projeto Gestão de Saúde Ocupacional
2. Projeto Consciência Alimentar – nutrição na promoção da saúde e qualidade de vida

1. Projeto Gestão de Saúde Ocupacional

Gerente: coordenador do Departamento de Perícia Médica e Saúde Ocupacional

Objetivo

Desenvolver, no Ministério Público do Estado de Minas Gerais, projeto-piloto com vistas a nortear a implementação de ações nas áreas da qualidade de vida e da promoção da saúde e prevenção de doenças de seus integrantes.

Justificativa

Nos dias atuais, vários autores (VASCONCELOS, 2001; FERREIRA, 2009; SILVA *apud* LIMONG-FRANÇA, 2009) atribuem o continuado interesse pela promoção da saúde e qualidade de vida no trabalho a uma nova realidade social na qual se destacam o aumento da expectativa de vida, o aumento do tempo que o homem nas sociedades contemporâneas dedica às atividades produtivas, à maior consciência do direito à saúde e às discussões sobre responsabilidade social corporativa, entre outros. Assim, a adoção de programas de qualidade de vida no trabalho e promoção da saúde proporciona ao indivíduo maior resistência ao estresse, maior estabilidade emocional, maior motivação, maior eficiência no trabalho e melhor autoimagem. Além disso, a instituição é beneficiada com uma força de trabalho mais saudável, com menor absenteísmo/rotatividade, menor número de acidentes, menor custo de saúde assistencial, maior produtividade, melhor imagem e, por último, um melhor ambiente de trabalho (SILVA; DE MARCHI, 1997).

A Norma Regulamentadora n.º 7 (NR-7) da Portaria n.º 3.214/1978 estabeleceu a obrigatoriedade de elaboração e implementação, por empregadores e instituições que admitam trabalhadores como empregados, do Programa de

Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO). O PCMSO é um programa médico que tem caráter de prevenção, rastreamento e diagnóstico precoce dos agravos à saúde relacionados ao trabalho. Ele inclui a realização obrigatória dos exames médicos admissionais, periódico, de retorno ao trabalho, de mudança de função e demissional além de exames complementares.

O projeto “Gestão de Saúde Ocupacional” busca avaliar aspectos da qualidade de vida que estejam diretamente relacionados à saúde do indivíduo. O público-alvo (promotores de Justiça substitutos empossados na segunda chamada do LIV Concurso de ingresso na carreira do MPMG) e o período de avaliação de 1 ano foram determinados por se considerar que o primeiro ano de exercício dos promotores substitutos seja acompanhado de dificuldades, pois nesse período eles estarão passando por adaptações e mudanças de hábitos nas comarcas onde estiverem lotados. Considera-se que os resultados alcançados com a execução desse projeto poderão ser usados como suporte ao planejamento e à implementação de outras iniciativas voltadas para a promoção da qualidade de vida no trabalho no âmbito do MP em atenção ao que determina a NR-7.

Entrega/Quantidade

Entrega	Quantidade 2017	Quantidade 2018
Avaliação médica, fisioterapêutica e psicológica	20	-
Relatório quantitativo demonstrativo da qualidade de vida dos promotores de Justiça substitutos após um ano de efetivo exercício	1	-

Metas do projeto:

Meta de Esforço	Indicador
Convocar 100% PJ substitutos em exercício que tenham sido empossados na segunda chamada do LIV concurso (amostra = n = 20) a realizar reavaliação do estado de saúde após 01 ano em exercício até 31/05/2017.	Percentual de PJ convocados (n = 20).

Meta de Resultado	Indicador
Realizar a reavaliação médica individual de ao menos 50% dos PJ empossados na segunda chamada do LIV concurso após 01 ano em exercício. (amostra = n = 20) até 26/01/2018.	Percentual de avaliações médicas realizadas.

2. Projeto Consciência Alimentar - nutrição na promoção da saúde e qualidade de vida

Gerente: coordenador do Departamento de Perícia Médica e Saúde Ocupacional

Objetivo

Disseminar hábitos saudáveis visando à reeducação alimentar como forma de promoção de saúde de membros e servidores do Ministério Público do Estado de Minas Gerais em atividade.

Justificativa

A promoção da saúde cresce em importância como estratégia fundamental para o enfrentamento dos problemas do processo saúde-doença-cuidado e da sua determinação. A direção, nesse caso, é o fortalecimento do caráter promocional e preventivo, o diagnóstico e a detecção precoce das doenças crônico-degenerativas (SANTOS, 2005).

Diante da elevada prevalência de doenças crônicas, alguns estudos mostram que a adoção de práticas alimentares saudáveis, o controle do peso e a prática de atividade física diminuem a resistência à insulina, melhoram o perfil lipídico dos indivíduos e diminui o risco do desenvolvimento de doenças cardiovasculares (TARDIDO; FALCÃO, 2006).

Nesse aspecto, a educação alimentar e nutricional se faz necessária à tomada de decisão dos indivíduos devido à ampliação de seus conhecimentos no âmbito da saúde e nutrição (SANTOS, 2012).

Diante das evidências que correlacionam as práticas alimentares a fatores de risco ou de proteção para o desenvolvimento de doenças, ressalte-se a importância da criação de planos de educação nutricional no Ministério Público do Estado de Minas Gerais como estratégia de prevenção e promoção da saúde por meio de um projeto-piloto envolvendo 50 membros e 50 servidores do MPMG em atividade.

Entrega/Quantidade

Entrega	Quantidade 2017	Quantidade 2018
Campanha Reeducação Alimentar	1	-
Sensibilização e acompanhamento de membros e servidores	100	-
Relatório Analítico – Avaliação Final	-	1

Metas do projeto:

Meta de Esforço	Indicador
Preencher 100% das vagas para participação nos grupos de Consciência Alimentar.	Relação de inscritos e número de vagas.

Meta de Resultado	Indicador
Obter a participação de pelo menos 80% da amostra selecionada nos 8 (oito) encontros em grupos de periodicidade semanal até dezembro de 2018.	Participantes selecionados nos grupos de amostra.

Programa Sedes

Alinhamento Estratégico	Otimizar a gestão dos recursos humanos, físicos e financeiros disponíveis.
Objetivo	Expandir o número de sedes, próprias e locadas, no âmbito do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, garantindo infraestrutura física apropriada às atividades administrativas e judiciais.
Patrocinador	Procurador-Geral de Justiça Adjunto Administrativo - Heleno Rosa Portes
Gestor	Coordenador de Planejamento Institucional - Marcos Tofani Baer Bahia

Projetos componentes

1. Sede Própria de Alfenas
2. Sede Própria de Brasília de Minas
3. Sede Própria de Caeté
4. Sede Própria de Governador Valadares
5. Sede Própria de Ipatinga
6. Sede Própria de Patos de Minas
7. Sede Própria de São Lourenço
8. Sede Própria de São Sebastião do Paraíso
9. Sede Própria de Três Pontas
10. Sede Própria de Viçosa
11. Sede Própria de Visconde do Rio Branco

1. Projeto Sede Própria de Alfenas

Gerente: superintendente de Engenharia e Arquitetura

Objetivo

Construir sede própria das promotorias de Justiça de Alfenas.

Justificativa

A necessidade de melhoria e espaço suficiente para as instalações das promotorias de Justiça das instalações do Ministério Público do Estado de Minas Gerais na comarca de Alfenas, garantindo funcionalidade à prestação de serviços.

Entrega/Quantidade

Entrega	Quantidade 2017	Quantidade 2018
Fundação	90%	100%
Estrutura/Alvenaria	60%	100%
Instalações	-	80%
Acabamento	-	40%

Metas do projeto:

Meta de Esforço	Indicador
Obter Termo de Recebimento definitivo até junho/2019.	Data da assinatura do termo de recebimento.

Meta de Resultado	Indicador
Entregar 100% da obra com no máximo 90 dias de atraso do prazo contratual.	Data do prazo contratual de entrega.

2. Projeto Sede Própria de Brasília de Minas

Gerente: superintendente de Engenharia e Arquitetura

Objetivo

Construir sede própria das promotorias de Justiça de Brasília de Minas.

Justificativa

A necessidade de melhoria para as promotorias de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais na comarca de Brasília de Minas, garantindo funcionalidade à prestação de serviços .

Entrega/Quantidade

Entrega	Quantidade 2017	Quantidade 2018
Projeto Arquitetônico aprovado na Prefeitura	100%	-
Projetos Complementares Licitados	100%	-
Projetos Complementares 100%	100%	-
Obra Licitada	100%	-
Demolição	-	100%
Fundação	-	100%
Estrutura	-	100%
Alvenaria	-	100%
Instalações	-	90%
Acabamento	-	90%

3. Projeto Sede Própria de Caeté

Gerente: superintendente de Engenharia e Arquitetura

Objetivo

Reformar e restaurar imóvel para instalação da sede própria das promotorias de Justiça de Caeté.

Justificativa

A necessidade de melhoria para as promotorias de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais na comarca de Caeté, garantindo espaço e funcionalidade à prestação de serviços.

Entrega/Quantidade

Entrega	Quantidade 2017	Quantidade 2018
Demolição/Alvenaria	100%	-
Instalações	100%	-
Acabamento	100%	-

Metas do projeto:

Meta de Esforço	Indicador
Obter o Termo de recebimento definitivo até janeiro/2018.	Data do Termo de Recebimento Definitivo.

Meta de Resultado	Indicador
Entregar 100% da obra com no máximo 90 dias de atraso do prazo contratual.	Data do prazo contratual de entrega.

4. Projeto Sede Própria de Governador Valadares

Gerente: superintendente de Engenharia e Arquitetura

Objetivo

Construir sede própria das promotorias de Justiça de Governador Valadares.

Justificativa

A necessidade de melhoria das instalações das promotorias de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais na comarca de Governador Valadares, garantindo espaço e funcionalidade à prestação de serviços.

Entrega/Quantidade

Entrega	Quantidade 2017	Quantidade 2018
Fundação/Contenção	100%	-
Estrutura	30%	100%
Alvenaria	10%	100%
Instalações	10%	100%
Acabamento	-	70%

Metas do projeto:

Meta de Esforço	Indicador
Encerrar a fase de estrutura até dezembro/2018	Data de encerramento da fase de estrutura.

Meta de Resultado	Indicador
Entregar 100% da obra com no máximo 90 dias de atraso do prazo contratual.	Data do prazo contratual de entrega.

5. Projeto Sede Própria de Ipatinga

Gerente: superintendente de Engenharia e Arquitetura

Objetivo

Construir sede própria das promotorias de Justiça de Ipatinga.

Justificativa

Tornou-se necessária a melhoria das instalações das promotorias de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais na comarca de Ipatinga, garantindo espaço e funcionalidade à prestação de serviços .

Entrega/Quantidade

Entrega	Quantidade 2017	Quantidade 2018
Projeto Arquitetônico aprovado na Prefeitura	100%	-
Projetos Complementares Licitados	-	100%
Projetos Complementares 100%	-	37,5%

6. Projeto Sede Própria de Patos de Minas

Gerente: superintendente de Engenharia e Arquitetura

Objetivo

Construir sede própria das promotorias de Justiça de Patos de Minas.

Justificativa

A necessidade de melhoria das instalações das promotorias de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais na comarca de Patos de Minas, garantindo espaço e funcionalidade à prestação de serviços.

Entrega/Quantidade

Entrega	Quantidade 2017	Quantidade 2018
Projeto Arquitetônico aprovado na Prefeitura	100%	-
Projetos Complementares Licitados	100%	-
Projetos Complementares 100%	100%	-
Obra Licitada	100%	-
Fundação/Contenção	-	100%

Metas do projeto:

Meta de Esforço	Indicador
Encerrar a fundação, contenção e estrutura da obra até dezembro/2018	Data de encerramento da estrutura.

Meta de Resultado	Indicador
Entregar 100% da obra com no máximo 90 dias de atraso do prazo contratual.	Data do prazo contratual de entrega.

7. Projeto Sede Própria de São Lourenço

Gerente: superintendente de Engenharia e Arquitetura

Objetivo

Construir sede própria das promotorias de Justiça de São Lourenço.

Justificativa

Aferiu-se a necessidade de melhoria das instalações das promotorias de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais na comarca de São Lourenço, garantindo espaço e funcionalidade à prestação de serviços.

Entrega/Quantidade

Entrega	Quantidade 2017	Quantidade 2018
Alvenaria	100%	-
Instalações	100%	-
Acabamento	100%	-

Metas do projeto:

Meta de Esforço	Indicador
Obter o Termo de recebimento definitivo até maio/2018	Data do Termo de Recebimento Definitivo

Meta de Resultado	Indicador
Entregar 100% da obra com no máximo 90 dias de atraso do prazo contratual.	Data do prazo contratual de entrega.

8. Projeto Sede Própria de São Sebastião do Paraíso

Gerente: superintendente de Engenharia e Arquitetura

Objetivo

Construir sede própria das promotorias de Justiça de São Sebastião do Paraíso.

Justificativa

A necessidade de melhoria das instalações das promotorias de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais na comarca de São Sebastião do Paraíso, garantindo espaço e funcionalidade à prestação de serviços.

Entrega/Quantidade

Entrega	Quantidade 2017	Quantidade 2018
Licitação	100%	-
Instalações	100%	-
Acabamento	100%	-

Metas do projeto:

Meta de Esforço	Indicador
Obter o Termo de recebimento definitivo até outubro/2018	Data do Termo de Recebimento Definitivo

Meta de Resultado	Indicador
Entregar 100% da obra com no máximo 90 dias de atraso do prazo contratual.	Data do prazo contratual de entrega.

9. Projeto Sede Própria de Três Pontas

Gerente: superintendente de Engenharia e Arquitetura

Objetivo

Reformar e ampliar a sede própria das promotorias de Justiça de Três Pontas.

Justificativa

A necessidade de melhoria das instalações das promotorias de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais na comarca de Três Pontas, garantindo espaço e funcionalidade à prestação de serviços.

Entrega/Quantidade

Entrega	Quantidade 2017	Quantidade 2018
Demolição/Fundação	100%	-
Alvenaria/Esquadrias	100%	-
Acabamento	100%	-

Metas do projeto:

Meta de Esforço	Indicador
Obter o Termo de recebimento definitivo até janeiro/2018	Data do Termo de Recebimento Definitivo

Meta de Resultado	Indicador
Entregar 100% da obra com no máximo 90 dias de atraso do prazo contratual.	Data do prazo contratual de entrega.

10. Projeto Sede Própria de Viçosa

Gerente: superintendente de Engenharia e Arquitetura

Objetivo

Construir sede própria das promotorias de Justiça de Viçosa.

Justificativa

A necessidade de melhoria das instalações das promotorias de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais na comarca de Viçosa, garantindo espaço e funcionalidade à prestação de serviços.

Entrega/Quantidade

Entrega	Quantidade 2017	Quantidade 2018
Contenção	100%	-
Estrutura	100%	-
Alvenaria	100%	-
Instalações	100%	-
Acabamento	80%	100%

Metas do projeto:

Meta de Esforço	Indicador
Obter o Termo de recebimento definitivo até agosto/2018	Data do Termo de Recebimento Definitivo

Meta de Resultado	Indicador
Entregar 100% da obra com no máximo 90 dias de atraso do prazo contratual.	Data do prazo contratual de entrega.

11. Projeto Sede Própria de Visconde do Rio Branco

Gerente: superintendente de Engenharia e Arquitetura

Objetivo:

Construir sede própria das promotorias de Justiça de Visconde do Rio Branco.

Justificativa

A necessidade de melhoria das instalações das promotorias de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais na comarca de Visconde do Rio Branco, garantindo espaço e funcionalidade à prestação de serviços.

Entrega/Quantidade

Entrega	Quantidade 2017	Quantidade 2018
Fundação, estrutura, alvenaria, instalações.	1	
Acabamento		1

Metas do projeto:

Meta de Esforço	Indicador
Obter o Termo de recebimento definitivo até fevereiro/2019	Data do Termo de Recebimento Definitivo

Meta de Resultado	Indicador
Entregar 100% da obra com no máximo 90 dias de atraso do prazo contratual.	Data do prazo contratual de entrega.

Programa Segurança e Inteligência Institucionais

Alinhamento Estratégico	Racionalizar, otimizar e padronizar procedimentos para maximizar a eficiência das ações institucionais.
Objetivo	Aprimorar, incrementar e ampliar metodologia de análise de riscos de segurança e medidas e ações de prevenção e melhoria da segurança institucional de forma a alcançar todas as unidades do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.
Patrocinador	Procurador-Geral de Justiça Adjunto Institucional - Rômulo de Carvalho Ferraz
Gestor	Coordenador de Planejamento Institucional - Marcos Tofani Baer Bahia

Projetos componentes

1. Inteligência Institucional
2. Segurança Institucional

1. Projeto Inteligência Institucional

Gerente: coordenador do Gabinete de Segurança e Inteligência

Objetivo

Implementar a política e o Sistema de Inteligência Institucional do Ministério Público do Estado de Minas Gerais levando em conta a Resolução CNMP n.º 156, de 13 de dezembro de 2016, publicada em 14 de fevereiro de 2017, que instituiu a Política de Segurança Institucional (PSI) e o Sistema Nacional de Segurança (SNS) do Ministério Público.

Justificativa

A fim de integrar ações de planejamento e de segurança institucional no âmbito do Ministério Público e garantir o pleno exercício das suas atividades, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) recomendou a todos os ramos do Ministério Público brasileiro que reavaliassem suas políticas e estratégias de segurança institucional, incluindo sua vertente de contrainteligência.

Entrega/Quantidade

Entrega	Quantidade 2017	Quantidade 2018
Ato Normativo de reestruturação administrativa do Gabinete de Inteligência Institucional	1	-

Ato Normativo de Instituição do Sistema de Inteligência do Ministério Público do Estado de Minas Gerais	1	-
Doutrina de inteligência do Ministério Público do Estado de Minas Gerais	1	-
Portfólio de capacitações de integrantes do Ministério Público do Estado de Minas Gerais	1	-
Manual de Operações de Inteligência do Ministério Público do Estado de Minas Gerais	-	1

Metas do projeto:

Meta de Esforço	Indicador

Meta de Resultado	Indicador

2. Projeto Segurança Institucional

Gerente: coordenador do Gabinete de Segurança e Inteligência

Objetivo

Elaborar e implementar a Política de Segurança Institucional e o Plano de Segurança Institucional / Plano de Segurança Orgânica do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, nos termos da Resolução CNMP n.º 156/2016, publicada em 14 de fevereiro de 2017, que institui a Política de Segurança Institucional do Ministério Público e o Sistema Nacional de Segurança Institucional do Ministério Público.

Justificativa

A fim de integrar ações de planejamento e de segurança institucional no âmbito do Ministério Público e garantir o pleno exercício das suas atividades, o CNMP recomendou que todos os ramos do Ministério Público brasileiro reavaliassem suas políticas e estratégias de segurança institucional.

Desse modo, a Procuradoria-Geral de Justiça iniciou ampla reavaliação de uma política uniforme e padronizada que atenda plenamente as necessidades de segurança pessoal, patrimonial e da informação do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

Entrega/Quantidade

Entrega	Quantidade 2017	Quantidade 2018
Portfólio de ações de capacitação e difusão da mentalidade em Segurança Institucional	1	-
Grupo de chaves criptográficas (certificados de protocolo Open PGP) para PGJ, Administração Superior e 18 macroestruturas finalísticas (CAOs e Coordenadorias Estaduais)	1	-
Capacitação em Segurança Institucional – turma treinada	1	-
Ato Normativo instituindo a Política de Segurança Institucional do MPMG	1	-
Relatório de Análise de Risco de Segurança Institucional do MPMG - Geral	1	-
Plano de Segurança Institucional - Geral	-	1

Metas do projeto:

Meta de Esforço	Indicador

Meta de Resultado	Indicador

Programa SRU Eficiente

Alinhamento Estratégico	Dotar a Instituição de sistemas de informação que fomentem a integração institucional e interinstitucional.
Objetivo	Promover o aperfeiçoamento do Sistema de Registro Único e sua plena utilização no âmbito do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.
Patrocinador	Procurador-Geral de Justiça Adjunto Administrativo - Heleno Rosa Portes
Gestor	Coordenador de Planejamento Institucional - Marcos Tofani Baer Bahia

Projetos componentes

1. Projeto Procedimento Extrajudicial Eletrônico
2. SRU-e
3. SRU Extrajudicial
4. SRU Judicial
5. SRU Produtor de Peças

1. Projeto Procedimento Extrajudicial Eletrônico

Gerente: superintendente dos Órgãos Colegiados

Objetivo

Pesquisar, desenvolver/adotar e implantar um sistema de informação capaz de reproduzir todo o procedimento extrajudicial em meio eletrônico, substituindo o registro dos atos processuais realizados no papel por armazenamento e manipulação dos autos em meio digital, com funcionalidades produtivas que permitam otimizar o trabalho nas promotorias de Justiça.

Justificativa

A existência de estrutura tecnológica já desenvolvida para implementação do processo judicial eletrônico bem como os reflexos positivos esperados da substituição do registro dos atos processuais realizados em meio físico por armazenamento e manipulação dos autos em meio digital demonstram ser oportuna e conveniente a implementação do projeto Procedimento Extrajudicial Eletrônico. Tal medida possibilitará: prover informações de fácil acesso sobre

os documentos produzidos nos procedimentais extrajudiciais; promover a substituição do uso de papel em favor dos registros e documentos em meio eletrônico; racionalizar, com ferramentas produtivas, os serviços extrajudiciais reduzindo o tempo de tramitação dos procedimentos extrajudiciais; melhorar a distribuição de tarefas e de recursos humanos nas promotorias e unidades do MPMG; reduzir os custos de instrução dos feitos extrajudiciais (impressão em papel, tóner, correios, espaço físico, hora de trabalho do servidor), entre outras vantagens.

Entrega/Quantidade

Entrega	Quantidade 2017	Quantidade 2018
Relatório Final de mapeamento, modelagem e otimização de processos de trabalho das promotorias de Justiça	-	1
Ato regulamentar do procedimento extrajudicial eletrônico	-	1
Sistema de Procedimento Extrajudicial Eletrônico	-	1
Automação dos procedimentos extrajudiciais do MPMG	-	1
Capacitações de usuários	-	1 turma

Metas do projeto:

META DE ESFORÇO	INDICADOR
Executar, pelo menos 75% do projeto até a fase 6.1, até dezembro de 2018.	Fases do projeto

META DE RESULTADO	INDICADOR
Otimizar, em pelo menos 30%, o tempo médio do trâmite dos procedimentos extrajudiciais até dezembro de 2019.	Tempo médio de duração dos procedimentos extrajudiciais das classes Inquérito Civil e Procedimento Preparatório encerrados em 2017 em amostra de 100 expedientes físicos em comparação com 100 expedientes instaurados eletronicamente.

2. Projeto SRU-e

Gerente: superintendente de Tecnologia da Informação

Objetivo

Dotar o SRU-e de maior robustez e capacidade de resposta às falhas e às dificuldades de comunicação com o Promotor de Justiça, além de efetuar manutenções evolutivas de suas funcionalidades.

Justificativa

Necessidade de evolução tecnológica e funcional da versão atual do sistema.

Entrega/Quantidade

Entrega	Quantidade 2017	Quantidade 2018
Desenvolvimento/Adequação do Sistema de Registro Único	1	1
Desenvolvimento de rotina de treinamento de usuários	1	1

Metas do projeto:

META DE ESFORÇO	INDICADOR
Solucionar, em pelo menos 90%, os erros relatados via suporte de atendimento até dezembro de 2018.	Quantidade de ligações reportando erro considerando as questões resolvidas na versão do mês de cálculo.

META DE RESULTADO	INDICADOR
Obter, pelo menos 80% de satisfação, dos usuários do SRU-e quanto a funcionalidade do sistema após 6 meses a implantação do sistema.	Pesquisa de satisfação

3. Projeto SRU Extrajudicial

Gerente: superintendente de Tecnologia da Informação

Objetivo

Otimizar e uniformizar a gestão, o registro e a disponibilização de informações no SRU Extrajudicial por meio de evoluções tecnológicas e funcionais do sistema.

Justificativa

Adequar as funcionalidades do sistema às versões tecnológicas atualizadas.

Entrega/Quantidade

Entrega	Quantidade 2017	Quantidade 2018
Desenvolvimento/Adequação do Sistema de Registro Único	1	1
Desenvolvimento de rotina de treinamento de usuários	1	1

Metas do projeto:

META DE ESFORÇO	INDICADOR
Disponibilizar, para 100% dos integrantes do MPMG, acesso ao sistema de informações do SRU Extrajudicial até dezembro de 2018.	Membros, Servidores, Estagiários e Terceirizados com acesso ao SRU Extrajudicial

META DE RESULTADO	INDICADOR
Obter, pelo menos 80% de satisfação, dos usuários do SRU Extrajudicial quanto a funcionalidade do sistema após 6 meses da implantação do sistema.	Pesquisa de satisfação

4. Projeto SRU Judicial

Gerente: superintendente de Tecnologia da Informação

Objetivo:

Otimizar e uniformizar a gestão, o registro e a disponibilização de informações no SRU Judicial por meio de evoluções tecnológicas e funcionais do sistema.

Justificativa

A necessidade de evolução tecnológica e funcional da versão atual do sistema.

Entrega/Quantidade

Entrega	Quantidade 2017	Quantidade 2018
Desenvolvimento/Adequação do Sistema de Registro Único	1	1

Desenvolvimento de rotina de treinamento de usuários	1	1
--	---	---

Metas do projeto:

META DE ESFORÇO	INDICADOR
Disponibilizar, para 100% dos integrantes do MPMG, acesso ao sistema de informações do SRU Judicial até dezembro de 2018.	Membros, Servidores, Estagiários e Terceirizados com acesso ao SRU Judicial

META DE RESULTADO	INDICADOR
Obter, pelo menos 80% de satisfação, dos usuários do SRU Judicial quanto a funcionalidade do sistema após 6 meses da implantação do sistema.	Pesquisa de satisfação

5. Projeto SRU Produtor de Peças

Gerente: superintendente de Tecnologia da Informação

Objetivo

Desenvolver e disponibilizar aos usuários do SRU a funcionalidade de produção de peças jurídicas.

Justificativa

A necessidade de evolução tecnológica e funcional da versão atual do sistema.

Entrega/Quantidade

Entrega	Quantidade 2017	Quantidade 2018
Desenvolvimento/Adequação do Sistema de Registro Único	1	1
Desenvolvimento de rotina de treinamento de usuários	1	1

Metas do projeto:

META DE ESFORÇO	INDICADOR
Disponibilizar, para 100% dos integrantes do MPMG, ferramenta funcional de produção de peças jurídicas até dezembro de 2018.	Membros, Servidores, Estagiários e Terceirizados com acesso ao SRU PRODUTOR DE PEÇAS

META DE RESULTADO	INDICADOR
Obter, pelo menos 80% de satisfação, dos usuários do SRU PRODUTOR DE PEÇAS quanto a funcionalidade do sistema após 6 meses a implantação do sistema.	Pesquisa de satisfação

